Santander

Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital

(Pilar 3)

4º TRIMESTRE DE 2023

Índice

Introdução 3
Indicadores Prudenciais e Gerenciamento de Riscos 4
KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais 4
OVA: Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição 4
Modelo de Negócio e Perfil de Riscos 4
Princípios Corporativos da Gestão de Riscos 8
Canais de Disseminação da Cultura de Riscos 10
Reporte de Riscos 11
Teste de Estresse 13
Mitigação de Riscos 13
Plano de Recuperação 14
Gerenciamento de Capital 15
OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA) 16
Comparação entre Informações Contábeis e Prudenciais 17
LIA: Informação das Diferenças entre os Valores Contábeis e as Exposições Consideradas para Regulamentação Prudencial 17
LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco 18
LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições 18
PV1: Ajustes prudenciais (PVA) 19
Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis BRGAAP e Prudencial 19
Instituições Relevantes 20
Composição do Capital 20
CCA: Principais Características dos Instrumentos que Compõem o Patrimônio de Referência (PR) 20
CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR) 21
CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial 23
Indicadores Macroprudenciais 24
GSIB1: Caracterização de Instituição Financeira Sistemicamente Importante em Âmbito Global (G-SIBs) 24
CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPContracíclico 24
Razão de Alavancagem (RA) 25
LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA) 25
LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem 25
Indicadores de Liquidez 26
LIQA: Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do Risco de Liquidez 26
LIQ1: Indicador de liquidez de curto prazo (LCR) 29
LIQ2: Indicador de liquidez de longo prazo (NSFR) 30
Risco de Crédito 31
CRA: Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do Risco de Crédito 31
CR1: Qualidade creditícia das exposições 32
CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal 32
CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições 32
Exposições por região geográfica e prazo remanescente de vencimento 32
Exposições por setor econômico e prazo remanescente de vencimento 33
Exposições em curso anormal, provisões e baixas contábeis por região geográfica 33
Exposições em curso anormal, provisões e baixas contábeis por setor econômico 34

Exposições segmentadas por faixa de atraso 34
Maiores exposições 35
Operações reestruturadas 35
CRC: Informações sobre Instrumentos Mitigadores do Risco de Crédito 35
CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito 36
CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito 37
CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR) 37
Risco de Crédito de Contraparte (CCR) 38
CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR) 38
CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada 38
CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco 39
CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte 39
CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito 39
CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais 40
Exposições de Securitização 41
SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco das exposições de securitização 41
SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária 41
SEC2: Exposições de Securitização classificadas na carteira de negociação 41
SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora de securitização 42
SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora 42
Risco de Mercado 43
MRA: Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do Risco de Mercado 43
MR1: Abordagem padronizada – fatores de riscos associados ao risco de mercado 44
MRB: Informações Qualitativas sobre o Risco de Mercado na Abordagem de Modelos Internos 44
MR2: Informações sobre as variações do RWAMINT 45
MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado 46
MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético 46
OPD: Operações com derivativos 48
Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB) 49
IRRBBA: Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do IRRBB 49
IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB 51
Remuneração de Administradores 52
REMA: Política de Remuneração 52
REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência 55
REM2: Pagamentos Extraordinários 55
REM3: Remuneração diferida 56
Outros riscos 57
Risco de Concentração 57
Riscos Social, Ambiental e Climático 57
Risco Operacional 59
Glossário 60

Introdução

O Banco Santander, a fim de gerir adequadamente o seu capital e antecipar futuras necessidades das várias fases do ciclo de negócio, efetua projeções de capital regulatório e econômico, baseadas nas projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pela Instituição. As gestões de riscos e de capital estão alinhadas com as melhores práticas de mercado e as diretrizes globais do Grupo Santander; além disto consideram as exigências e níveis regulatórios e econômicos.

O presente documento atende as exigências da Resolução BCB n° 54 de 16 de dezembro de 2020, e alterações posteriores, que dispõe sobre a divulgação das informações quantitativas e qualitativas referente à gestão de riscos, à apuração do montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR). O seu objetivo é fomentar a disciplina de mercado, permitindo aos distintos agentes avaliar a suficiência de capital das entidades.

Abaixo, seguem os principais indicadores apurados na data-base de 31 de dezembro de 2023 com base no Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Índice Capital Principal	Índice de Nível I	Índice de Basileia	Razão de Alavancagem
11,5%	12,4%	14,5%	7,2%
Trimestre anterior: 11,2%	*Trimestre anterior: 12,2%*	*Trimestre anterior: 14,3%*	*Trimestre anterior: 7,4%*

Capital Principal	Nível I	Basileia	RWA
R$ 75,0 bi	R$ 81,3 bi	R$ 94,9 bi	R$ 654,5 bi
Trimestre anterior: R$72,8bi	*Trimestre anterior: R$79,3bi*	*Trimestre anterior: R$93,0bi*	*Trimestre anterior: R$652,1bi*

Estas informações estão alinhadas com as das Demonstrações Financeiras da Instituição, objeto de auditoria pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e de avaliação pelo Comitê de Auditoria.

Indicadores Prudenciais e Gerenciamento de Riscos

As sessões seguintes apresentam informações sobre os indicadores prudenciais e o gerenciamento de riscos e capital do Banco Santander e suas principais características.

KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

Em R$ milhões	dez-23	set-23	jun-23	mar-23	dez-22
Capital regulamentar					
Capital Principal	75.043	72.776	72.686	71.676	69.229
Nível I	81.259	79.341	78.891	78.319	75.944
Patrimônio de Referência (PR)	94.903	93.021	91.970	91.573	89.053
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA)					
RWA total	654.454	652.080	683.170	663.141	638.878
Capital complementar como proporção do RWA					
Índice de Capital Principal (ICP) (%)	11,5%	11,2%	10,6%	10,8%	10,8%
Índice de Nível 1 (%)	12,4%	12,2%	11,5%	11,8%	11,9%
Índice de Basileia (%)	14,5%	14,3%	13,5%	13,8%	13,9%
Adicional de capital principal (ACP) como proporção do RWA					
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
Adicional de Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
ACP total (%)	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%
Margem excedente de Capital Principal (%)	2,9%	2,7%	2,0%	2,3%	2,4%
Razão de alavancagem (RA)					
Exposição total	1.125.754	1.069.504	1.099.482	1.115.483	1.065.742
RA (%)	7,2%	7,4%	7,2%	7,0%	7,1%
Indicador de liquidez de curto prazo (LCR)					
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	185.788	173.992	148.569	147.042	145.015
Total de saídas líquidas de caixa	129.026	118.085	109.979	108.937	105.489
LCR (%)	144,0%	147,3%	135,1%	135,0%	137,5%
Indicador de liquidez de longo prazo (NSFR)					
Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)	582.790	579.014	556.572	550.491	529.690
Recursos Estáveis Requeridos (RSF)	527.421	530.949	515.260	499.754	488.889
NSFR (%)	110,5%	109,1%	108,0%	110,2%	108,3%

O Índice de Basileia alcançou 14,5% em dezembro/23, um aumento de 0,2 pp. comparado ao trimestre anterior e bem acima do requerimento mínimo regulatório, que é de 8,0% sem os adicionais de capital principal (ACPs) e de 11,5% com os ACPs.

OVA: Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição

Modelo de Negócio e Perfil de Riscos

O modelo de negócios do Banco Santander (Brasil) S.A. (denominado "Instituição") é baseado na convicção de que o caminho para crescer de forma rentável, recorrente e sustentável é prestar um serviço de excelência para assim aumentar o nível de satisfação do cliente, expandir a base e aumentar a sua vinculação.

A atuação está pautada em uma relação próxima e duradoura com clientes, fornecedores e acionistas. Essa atuação se traduz no nosso propósito, que é de contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem.

Diante disso, o Santander Brasil possui as seguintes prioridades estratégicas:

- Aumentar a preferência e a vinculação dos clientes com produtos e serviços segmentados, simples, digitais e inovadores, por meio de uma plataforma multicanal;
- Gerar resultados de forma sustentável e rentável, com maior diversificação de receitas, considerando equilíbrio entre crédito, captação e serviços. Ao mesmo tempo, manter uma gestão preventiva de riscos e controle rigoroso de despesas;
- Ter disciplina de capital e liquidez para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento;
- Ganhar participação de mercado de forma rentável por meio de nosso robusto portfólio, otimizar o ecossistema e lançar novos negócios, melhorando continuamente a experiência dos nossos clientes.

A avaliação do modelo de negócio ocorre pela área de Risco Estratégico que é responsável pela identificação e avaliação dos potenciais riscos dos planos de negócios.

O risco estratégico é o risco de perdas ou danos derivados de decisões estratégicas, ou sua má implementação, que afetem os interesses de médio e longo prazo dos principais *stakeholders*, ou de incapacidade de adaptação à evolução do ambiente em que a Instituição está inserida, e pode ser divido em três categorias:

- **Risco de Modelo de Negócio:** abrange o risco do modelo de negócio estar desatualizado, se tornar irrelevante e/ou perder a capacidade de continuar gerando os resultados desejados, ocasionado tanto por fatores externos quanto internos;
- **Risco de Concepção da Estratégia:** é o risco associado à estratégia adotada no plano de longo prazo. Considerando o risco de que o plano seja inadequado em sua natureza ou nas premissas contempladas, não levando aos resultados esperados;
- **Risco de Execução da Estratégia:** é o risco associado à execução do plano financeiro trienal. Os riscos a serem considerados incluem impactos potenciais por fatores tanto internos quanto externos, pela falta de capacidade de resposta diante de mudanças do ambiente de negócio e os riscos associados as operações de desenvolvimento corporativo.

Em conjunto com a avaliação dos riscos, são realizados exercícios de avaliação de potenciais riscos aos planos de negócios (denominado "*Top Risks*"), que podem ameaçar os objetivos estratégicos e/ou orçamentários.

Os Top risks são potenciais eventos de risco que representam uma ameaça ao plano financeiro e ao plano estratégico, cujo impacto não está contemplado nos planos atuais, e podem ter impacto significativo nos resultados de liquidez e capital e que afetam a saúde financeira.

Outro exercício de identificação e avaliação dos riscos corresponde à ferramenta de Avaliação do Perfil de Riscos (RPA - *Risk Profile Assessment*) que assegura a adequada cobertura dos riscos e proporciona uma visão integral do perfil de riscos na atividade do negócio por meio da avaliação de perfil de risco da Instituição.

Esta avaliação é realizada semestralmente com base em métricas de desempenho de risco e exercícios de identificação e avaliação de riscos nos planos de negócio, modelos de gestão e controles que geram

relatórios com resultado, evolução e principais fatores por tipo de risco reportados à alta administração no Comitê de Controle de Riscos (CCR) e no Comitê de Riscos e *Compliance* (CRC).

Outra ferramenta utilizada na gestão dos riscos é o Apetite ao Risco, que corresponde ao máximo nível e tipo de risco que a Instituição está disposta a assumir dentro de sua capacidade de risco, para alcançar seus objetivos estratégicos e o desenvolvimento de seu plano de negócios.

O Apetite ao Risco deverá permanecer abaixo da capacidade de risco definida como o máximo nível e natureza de risco que a Instituição pode assumir sem comprometer sua viabilidade, determinada pelo nível de recursos suficientes para desenvolver suas atividades. O limite é determinado pelo nível de recursos (capital, liquidez, ativos e passivos, sistemas e capacidades de gestão) suficientes para desenvolver as atividades da Instituição diante das exigências dos *stakeholders* ou grupos de interesses (reguladores, governo, acionistas, investidores, clientes, funcionários, fornecedores e comunidade social).

A Avaliação do Perfil de Riscos (RPA - *Risk Profile Assessment*) e o Apetite ao Risco estão entre as principais ferramentas de gestão de riscos da Instituição, onde os riscos mapeados pelo exercício do RPA são diretamente e indiretamente considerados no Apetite ao Risco.

As duas ferramentas englobam os seguintes riscos relacionados no modelo de negócios:

- **Risco de Crédito:** risco de perda financeira decorrente de inadimplência ou da deterioração da qualidade do crédito de um cliente ou contraparte, ao qual a Instituição concedeu crédito diretamente ou para o qual assumiu uma obrigação contratual. É o principal risco que impacta o Grupo e se encontra presente em todas as operações nas quais se gera uma obrigação de pagamento por parte de um terceiro à Instituição.
- **Risco de Concentração:** ocorre em consequência de uma exposição elevada frente um número reduzido de contrapartes, cujo comportamento de pagamento se encontra altamente correlacionado. As operações podem ser agrupadas pelas principais características dos clientes:
    - Setor: grupo de clientes que se dediquem a mesma atividade produtiva;
    - Segmento: grupo de clientes definido por características/classificação semelhantes definidos pela Instituição;
    - Geografia: tipo de clientes por localização e origem;
    - Produto: agrupamento de clientes em função do tipo de financiamento ou produto contratado.

O Risco de Concentração deve considerar também os riscos vinculados as grandes exposições creditícias indiretas, tal como: um emissor de garantias reais ou de clientes cujo ingresso depende de maneira significativa dos pedidos de uma mesma empresa que são provedores.

Os eixos considerados podem, portanto, variar na medida em que a experiência mostre outros tipos de relações significativas.

- **Risco de Contraparte:** risco creditício associado a instrumentos financeiros, cuja exposição ocorre pela evolução dos fatores de mercados subjacentes. Ou seja, tem caráter incerto.

- **Risco de Ativos Intangíveis, Ativos Fixos e *Equity* não negociação:** risco que decorre de perdas potenciais pela desvalorização dos ativos tangíveis e intangíveis, e potencial perda pela deterioração das participações acionárias que a Instituição apresenta no balanço patrimonial.
- **Risco de Mercado:** é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros fatores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente com reflexo nos resultados ou capital.
- **Risco ALM/Estrutural:** risco de mudanças no valor de mercado ou margem dos ativos e passivos do *banking book* resultante de mudanças nos fatores de mercado e comportamento do balanço. A avaliação dos descasamentos entre os prazos dos ativos e passivos facilita a representação básica da estrutura do balanço e permite detectar concentrações de riscos de juros nos diferentes prazos. Além disso, é uma ferramenta útil para estimar o possível impacto de variações eventuais nas taxas de juros sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da Instituição.
- **Risco de Pensão:** está relacionado à possibilidade de descasamento entre ativos e passivos atuariais (custos administrativos, ações e benefícios de previdência superarem a quantia agregada de cotas recebidas e a rentabilidade das destinações). Os elementos que afetam esse risco abarcam desde a mortalidade ou morbidez até a relação de pagamento de cotas, passando pela rentabilidade dos ativos.
- **Risco Operacional:** é definido como o risco de perdas resultante da inadequação ou falha dos processos internos, das pessoas, dos sistemas internos ou por eventos externos.
- **Risco Tecnológico:** qualquer circunstância inesperada ou evento relacionado com o uso de tecnologias, que ocorra durante o fornecimento e gerenciamento de produtos e serviços que possam causar indisponibilidades ou falhas nos sistemas, erros de processamento ou qualquer outra situação indesejada que ocasione perdas ou impacte nossa marca, clientes e operações.
- **Risco de Modelo:** é o risco relacionado às perdas originadas por decisões baseadas principalmente em resultados de modelos, por erros na concepção, aplicação ou utilização destes modelos. A materialização do risco de modelo pode acarretar perdas financeiras, tomadas de decisões comerciais e estratégicas inadequadas ou danos à reputação da Instituição.
- **Risco de Liquidez:** risco associado à capacidade da Instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento.
- **Risco de Modelo de Negócio/Estratégia:** risco de perda ou dano decorrente de mudança das condições gerais do negócio, interpretação inadequada das decisões ou falta de capacidade de resposta às mudanças no entorno de negócios, sendo que estes podem impactar os interesses de médio e longo prazo dos stakeholders
- **Risco Reputacional:** risco de impacto econômico atual ou potencial negativo para o banco devido a danos na percepção do banco por parte de funcionários, clientes, acionistas/investidores e da sociedade em geral. Adicionalmente, um elemento relevante do risco reputacional é a possibilidade de amplificação de eventos menores ou até irreais, através dos meios de comunicação, das redes sociais ou outros canais de difusão.

- **Risco Social:** é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum. Exemplo: assédio, trabalho escravo, trabalho infantil etc.
- **Risco Ambiental:** é a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais. Exemplo: desmatamento, poluição, desastre ambiental etc.;
- **Risco Climático:** o risco climático é dividido em dois:
    - **Risco Climático Físico:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. Exemplos: seca, inundação, ciclone, geada, alteração permanente na temperatura; e
    - **Risco Climático de Transição:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados. Exemplos: inovação tecnológica, alteração na oferta e demanda, percepção negativa dos clientes, ambas relacionadas à economia de baixo carbono;
- **Risco de Ativos de Crédito Tributário (DTA):** risco decorrente de possível evento ou alteração na legislação vigente, que impossibilite a Instituição de usufruir do benefício do crédito tributário;
- **Risco de Contágio:** é a possibilidade de ocorrência de perdas para as entidades integrantes do conglomerado prudencial do Banco Santander Brasil decorrentes de seus relacionamentos, contratuais ou societários, com outras entidades;
- **Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização:** riscos assumidos pela Instituição em relação aos compromissos previdenciários assumidos com os funcionários ou outras empresas relacionadas, incluindo o desembolso ou contribuições previdenciárias que a Instituição realize por qualquer natureza. O risco previdenciário inclui os custos associados a quaisquer processos que gerem desequilíbrio atuarial, por iniciativa da Instituição ou não, a depender do produto (plano de contribuição).

Princípios Corporativos da Gestão de Riscos

No Santander Brasil, a atividade de riscos é regida por princípios alinhados com a estratégia e o modelo de negócio do Grupo Santander, considerando as recomendações dos órgãos supervisores, reguladores e as melhores práticas do mercado.

Todos os funcionários devem estar cientes de sua responsabilidade na identificação, gestão e reporte dos riscos, entendendo os riscos gerados por suas atividades diárias e evitando assumi-los quando os impactos são desconhecidos ou excedam o apetite ao risco. A Alta Administração deverá incentivar a gestão e o controle consistentes do risco por meio de sua conduta, ações e comunicações. Ela deverá

agir de acordo com todas as leis e regulamentos locais e reportar, de maneira adequada, qualquer descumprimento. Deverá promover e avaliar a cultura de risco regularmente e supervisionar a manutenção de seu perfil de acordo com os níveis definidos pelo apetite ao risco.

As funções de controle de risco devem desempenhar suas atividades de forma independente das funções responsáveis pela gestão de risco e a estrutura organizacional deverá garantir uma separação adequada entre essas funções.

A gestão e o controle de risco devem ser executados exaustivamente em todos os negócios e tipos de risco, incluindo quaisquer impactos que possam surgir. A abordagem dos riscos deve ser prospectiva, considerando tendências no transcorrer de diferentes horizontes temporais e em diversos cenários.

A gestão e o controle dos riscos devem basear-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares. Isto permite que os riscos sejam identificados, avaliados, gerenciados e reportados ao nível apropriado.

Alinhado à regulamentação vigente e as melhores práticas do mercado, a Instituição adota uma gestão baseada em linhas de defesa para o controle do Risco, sendo elas:

- **1ª Linha - Gestão do Risco:** Funções de Negócios e Suporte a Negócios que geram riscos e têm uma responsabilidade primária para a gestão destes;
- **2ª Linha - Controle e Supervisão de Risco:** Funções de Controle de Risco, as quais controlam exposições aos riscos, proporcionam supervisão e questionamentos, além de permitirem uma visão holística do risco em todo o negócio;
- **3ª Linha - Avaliação do Risco:** Auditoria interna que proporciona uma revisão independente.

Cada uma das três linhas de defesa possui uma estrutura organizacional separada e um nível de independência, porém elas colaboram entre si, sempre que necessário, garantindo as melhores praticas para os negócios.

A Instituição dispõe de princípios fundamentais, os quais regem o modelo de governança dos riscos. Estes princípios buscam priorizar a independência da função de riscos em relação a área de negócios, abrangência para gestão e controle de riscos, gerenciamento adequado das informações e o contínuo envolvimento da alta administração nas tomadas de decisão.

No que se refere aos objetivos da governança de Riscos, incluem-se:

- Permitir tomadas de decisões eficazes e eficientes sobre os riscos;
- Supervisionar o controle de riscos;
- Verificar se os riscos são gerenciados de acordo com o apetite ao risco definido pelo Conselho de Administração.

Para alcançar esses objetivos, a estrutura de governança é composta por comitês que atuam de acordo com níveis de alçadas pré-definidos.

Os Comitês de nível da alta administração na Instituição, são:

- **CA - Conselho de Administração** é o principal responsável pela gestão e controle de riscos. As principais responsabilidades incluem a aprovação do Apetite ao Risco, do Marco Geral de Riscos e a promoção de uma sólida cultura de risco; e

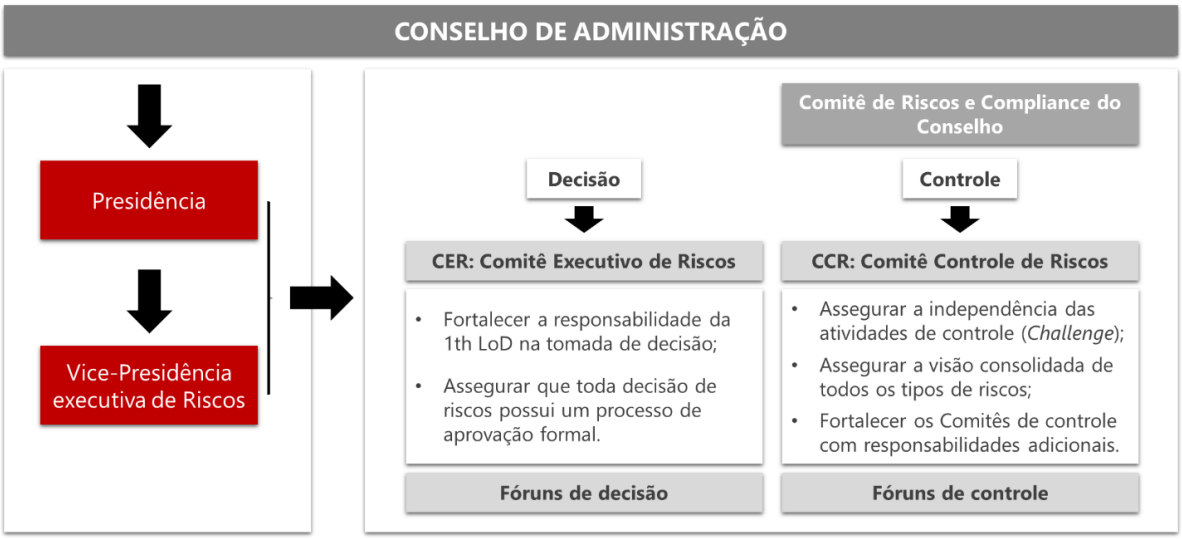
- **CRC - Comitê de Riscos e *Compliance*** cuja responsabilidade é auxilia e aconselhar o CA sobre o Apetite ao Risco e estratégia de risco global, assim como nas decisões dos principais temas inerentes à gestão de riscos.

Os Comitês no nível Executivo da Instituição, são:

- **CER - Comitê Executivo de Riscos** toma decisões de risco e é responsável pela gestão do perfil de risco da empresa dentro do apetite ao risco, sendo o fórum de decisão local com representantes da alta gestão do Banco, entre eles: o CEO, o vice-presidente de riscos e outros membros da comissão executiva;
- **CCR - Comitê de Controle de Riscos** é responsável pelo controle de riscos, determinando se os negócios são gerenciados dentro do Apetite ao Risco e proporcionando uma visão holística de todos os riscos. Isso inclui a identificação e o monitoramento dos riscos atuais e emergentes e seu impacto no perfil de risco, com representantes da gestão da Instituição, entre eles: o vice-presidente de riscos, o vice-presidente de finanças e o CFO.

Os temas relevantes de gestão de riscos, ou aqueles que porventura excedam a alçada destes comitês, serão encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.

Os temas de gestão de riscos são tratados conforme a estrutura de governança representada a seguir:



O modelo de governança está estruturado priorizando uma visão de controle integral de riscos e de decisão, com foco na análise e aprovação de propostas e limites de crédito.

Canais de Disseminação da Cultura de Riscos

A Cultura de Riscos tem por objetivo, não somente reduzir perdas, mas gerar oportunidades a partir da adequada gestão dos riscos inerentes aos negócios. A Cultura está associada aos valores do Banco e conhecimentos dos processos e modelos de gestão, além de um protagonismo na antecipação dos riscos.

Ela se realiza e se dissemina através de um conjunto de normas, atitudes e comportamentos relacionados com a consciência dos riscos assumidos e gerenciados por todos da empresa. Para isto, o Santander Brasil criou uma identidade própria quanto a sua cultura de riscos (financeiros e não financeiros) chamada *Risk Pro*, onde todas as unidades e funcionários do Grupo desenvolvem suas atividades com

uma meta comum: "Construir o futuro, através de uma gestão antecipada de todos os riscos e proteger o presente, através de um ambiente robusto de controle."

Há um arcabouço de canais, ações e ferramentas que são desenvolvidas e utilizadas em prol da disseminação contínua e eficaz da cultura de riscos, são elas:

- A utilização da intranet para a divulgação de boas práticas; *screen saver* com mensagens objetivas sobre gestão de riscos; e publicação de todas as políticas e normativos de riscos;
- Realização da Semana de Riscos, aberta a todos os funcionários do Banco, promovendo interações e atividades voltadas à gestão de riscos e *Compliance*;
- Certificação de Riscos e *Compliance*, disponível na Academia Santander, fomentando o conhecimento e aprofundamento dos temas para todos os funcionários;
- Disponibilidade de cursos na Academia Santander direcionados à Gestão de Riscos, para todo o Banco e específicos aos profissionais de Riscos;
- Comitês de riscos com a participação da área comercial, entre outras, como mais um canal para aculturamento da gestão de risco de crédito.

Além dos canais e ferramentas acima, a Instituição promove um cenário de comunicação efetiva, por meio da transparência e do diálogo aberto em toda a organização. Para isto, o Banco disponibiliza diversos canais de interação, denúncias e sugestões para os funcionários, como: o Canal Aberto, É Comigo Santander, entre outros, os quais ficam disponíveis na *intranet* ou via e-mail, telefone e portal corporativo.

Reporte de Riscos

A Instituição possui processos de avaliação dos riscos que incluem a mensuração por meio de sistemas, modelos e controles robustos. O principal objetivo é atender as exigências e as melhores práticas do mercado, assim como as regulamentações aplicáveis e vigentes.

Para monitorar a eficácia do gerenciamento de riscos na Instituição, os principais informes e indicadores destacados abaixo são apresentados em fóruns da alta gestão de riscos que contam com a participação de membros de alta administração.

Apetite ao Risco

O Apetite de Risco é uma ferramenta que expressa a avaliação da exposição da Instituição aos principais riscos em uma determinada data por meio da Declaração de Apetite ao Risco, que é denominada de *Risk Appetite Statement* (RAS), considerando os mecanismos de gestão e controle que mitigam os riscos tanto no momento atual como nas expectativas futuras (condições normais e estressadas). A área responsável pelo controle do Apetite ao Risco realiza os seguintes reportes:

- Acompanhamento mensal das métricas e limites estabelecidos para cada tipo de risco, ressaltando as principais movimentações das métricas, a adequação do perfil de risco e os excessos do Apetite ao Risco. Tal acompanhamento é apresentado no mínimo trimestralmente nos comitês: Comitê de Controle de Riscos (CCR), ao Comitê de Riscos e Compliance (CRC) e ao Conselho de Administração (CA). Além disso, planos de ação são definidos e monitorados sempre que ocorra algum excesso;

- Comunicação dos excessos das métricas do Apetite ao Risco à alta administração: CRO, CFO, CEO e presidente do CA;
- Elaboração da proposta da RAS (*Risk Appetite Statement* ou Declaração do Apetite ao Risco) com aprovação anual, ou quando houver alterações significativas no modelo de negócios, estratégia, estrutura, ambiente de negócios ou regulações.

Avaliação do Perfil de Riscos (RPA)

A avaliação de perfil de risco é realizada com base em métricas de performance e exercícios de identificação e avaliação de riscos nos planos de negócio, modelos de gestão e controles. A área responsável pelo controle do RPA realiza os seguintes reportes:

- Apresentação semestral dos resultados do exercício do perfil de riscos, os potenciais riscos que podem afetar o plano de negócios e principais ofensores por tipo de riscos para o Comitê de Controle de Riscos (CCR);
- Apresentação dos resultados do RPA como parte integrante do exercício regulatório do ICAAP ao Comitê de Riscos e Compliance (CRC) e ao Conselho de Administração (CA).

Informe Mensal de Riscos (IMR) / Painel de Riscos

Demonstra o desempenho das principais métricas de cada tipo de risco em uma visão consolidada à Alta Administração. Adicionalmente, existem frentes que contribuem no monitoramento da eficácia do gerenciamento de riscos.

A partir de instrumentos definidos, mensalmente são realizadas pela área de Controle e Performance de Riscos ações para gerenciamento dos Riscos Operacionais cabíveis à função de primeira linha de defesa dentro da VPE de Riscos. Tais atividades incluem o acompanhamento dos valores orçados para perdas e respectivo *forecast*, gestão e governança das recomendações de auditorias, a garantia de aderência em treinamento e formação dos participantes das áreas de Riscos, o monitoramento e manutenção das avaliações de riscos e controles internos, o acompanhamento e reporte dos eventos de riscos operacionais, bem como a identificação de causa-raiz e seus impactos, análise de cenários críticos que possam gerar grandes impactos a Instituição e garantia da implantação de planos de ação para mitigação de todos os riscos que apresentem desvios.

Adicionalmente, junto às diretorias de Riscos, são acompanhadas pela área de Controle e Performance de Riscos, todas as recomendações apontadas pela Auditoria Interna. Com o objetivo de garantir a tempestiva implantação dos planos de ação e proporcionar a governança do tema, mensalmente é realizado um fórum para apresentação à Vice-Presidência.

A área de Riscos de Modelos é responsável por identificar e gerir os riscos de modelos, agregando valor em todo o ciclo de vida (desde o planejamento, desenvolvimento, implantação, monitoramento, validação e aprovação) e buscando sempre a eficiência e melhor desempenho. Os departamentos de Validação Interna compõem esta estrutura como 2ª linha de defesa, com o papel de fornecer uma opinião qualificada e independente para avaliar a eficácia dos modelos e metodologias, incrementando a mitigação dos seus correspondentes riscos.

Todos os procedimentos, controles e relatórios descritos em relação a todos tipos de riscos são apresentados nos comitês correspondentes, sustentando a eficácia da gestão.

Teste de Estresse

Em conformidade à Resolução N° 4.557 do Banco Central do Brasil (que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações), faz-se necessária, por parte dos bancos, a estruturação de um programa de testes de estresse bem definido, que permita a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos.

Assim, em atendimento à regulação e em consonância ao compromisso do Santander Brasil de zelar por sua visão de longo prazo e por uma gestão de riscos que permita tornar a organização mais resiliente e capaz de atravessar diferentes cenários, inclusive os mais excepcionais, foi estruturada no Banco a área de Stress Test, como forma de garantir a consistência da estimação dos principais exercícios de estresse da Instituição.

Os exercícios conduzidos abrangem todo o conglomerado prudencial da Instituição e partem da construção de cenários de estresse macroeconômicos, por parte da equipe econômica do Banco. Consideram cenários sistêmicos, de crises severas e com origens tanto globais quanto locais, bem como mudança de padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono.

Os cenários definidos são incorporados a um arcabouço metodológico robusto que envolve o uso de modelos estatísticos de PPNR (*Pre Provision Net Revenues*) - para a definição dos choques das principais linhas de resultados - e modelos de parâmetros de riscos para a projeção da provisão estressada, integrando as diversas fontes de riscos às quais o Banco está exposto, a fim de sensibilizar balanço, demonstrações de resultado e capital regulatório no planejamento estratégico da Instituição.

Os exercícios de estresse, além de atenderem aos requerimentos do Banco Central do Brasil, também são utilizados para fins de gestão, dado que a Instituição adota métricas de apetite ao risco para monitoramento da volatilidade de perdas a qual está disposta a se expor, e a garantia da solvência do Santander Brasil mesmo em cenários adversos.

Assim, o exercício de estresse torna-se parte importante do encadeamento dos exercícios gerenciais e estratégicos do Banco, uma vez que parte importante do exercício do planejamento estratégico e de orçamento de resultado e capital da Instituição envolve à adequação do perfil de risco projetado pelo planejamento aos limites e às restrições do RAS vigente.

Mitigação de Riscos

O conjunto de ferramentas de gestão de risco da Instituição inclui uma série de processos chave e ferramentas concebidas para auxiliar no planejamento, identificação, avaliação, tomada de decisões e execução, monitoramento, mitigação e *reporting* de riscos.

Esse conjunto de ferramentas é formado por processos, exercícios e planos previstos nas devidas políticas e modelos operacionais do Grupo Santander Brasil:

- Declaração de Apetite ao Risco;
- Plano estratégico, plano de três anos e orçamento;
- Planos de Capital e Liquidez;

- Continuidade do negócio e planos de contingência;
- Plano de Recuperação;
- Planos Estratégicos Comerciais;
- Processos para a identificação e a avaliação dos riscos;
- Modelos de risco, padrões de desenvolvimento e validação;
- Testes de estresse e análise de cenário;
- *Reporting*;
- Governança de riscos (marcos, estruturas de comitês, políticas).

Os itens citados anteriormente são utilizados de forma a facilitar os seguintes processos para a gestão e controle de risco:

- **Planejamento**: trata-se do processo de definição dos objetivos de negócio. Este deveria incluir a articulação entre os tipos e níveis de risco a que negócio está disposto e é capaz de aceitar para alcançar esses objetivos;
- **Identificação**: é um componente fundamental para a sua gestão e controle eficaz. Todos os funcionários são responsáveis pela identificação dos riscos em suas áreas;
- **Avaliação**: uma vez identificados, os riscos deverão ser avaliados, determinando a probabilidade, impacto e materialidade dos riscos sob diferentes cenários (base e estressados);
- **Tomada de decisões e execução**: as decisões são necessárias para gerenciar o perfil de risco dos negócios dentro dos limites acordados na fase de planejamento e para garantir que os objetivos do negócio sejam alcançados. As decisões de estratégia são também necessárias para a gestão dos riscos materiais e emergentes;
- **Monitoramento da performance vs planejamento**: atividade essencial é monitorar o desempenho do negócio regularmente e compará-lo com os planos de negócio acordados. As avaliações deverão comparar o desempenho do negócio com todos os planos de negócio e limites de risco apropriados;
- **Planos de ações dos desvios**: se o monitoramento demonstrar que o desempenho sofreu ou provavelmente sofrerá um desvio, fora dos intervalos ou gatilhos definidos, deve-se considerar uma ação de mitigação para que o desempenho retorne ou fique em níveis aceitáveis;
- ***Reporting***: reportar os riscos inclui a elaboração e a apresentação de informações precisas e relevantes sobre a gestão, as quais devem dar um suporte eficaz ao planejamento, identificação, avaliação, tomada de decisões e execução, monitoramento e mitigação de riscos.

Plano de Recuperação

Em resposta às últimas crises internacionais, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução Nº 4.502/16, que requer o desenvolvimento de um Plano de Recuperação pelas instituições financeiras enquadradas no Segmento 1 (S1), como o Santander Brasil. Este documento tem como objetivo restabelecer níveis adequados de capital e liquidez, acima dos limites operacionais regulatórios, diante de choques severos

de estresse de natureza sistêmica ou idiossincrática e tem periodicidade anual de revisão com o Regulador.

O Plano de Recuperação compõe o conjunto de mecanismos estruturais estabelecidos para medir, gerenciar e monitorar os riscos da Instituição. Nesse sentido, o Plano de Recuperação é integrado, entre outras ferramentas, à Declaração de Apetite a Riscos, *Risk Profile Assessment* (RPA) e Processos Internos de Avaliação de Adequação de Capital (ICAAP).

O Plano de Recuperação está integrado ao processo de gerenciamento de riscos do Santander. Ademais, tem definido um diretor responsável pela condução da normalização do cenário de crise severa, juntamente ao Presidente, ao Conselho de Executivos e ao Conselho de Administração.

Gerenciamento de Capital

A gestão do capital engloba os níveis regulatório e econômico (gerencial) de capital. O objetivo é alcançar uma estrutura eficiente em termos de custo de capital, cumprindo os requerimentos do órgão regulador, contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de *rating*, as expectativas dos investidores e suportando os negócios no monitoramento de consumo de RWA e de métricas de rentabilidade sobre capital, que permitem avaliar a performance de cada segmento, e a utilização destas métricas na precificação de novas operações.

Do ponto de vista econômico, o grupo utiliza um modelo interno de mensuração do capital com o objetivo de avaliar se seus recursos próprios são suficientes para suportar todos os riscos da atividade, em diferentes cenários econômicos, respeitando os níveis de solvência definidos pelo Grupo. Isso inclui elementos não capturados pelo capital regulatório, como a concentração das carteiras e a diversificação entre riscos, negócios e áreas geográficas.

Além disso, busca-se maximizar a "criação de valor" em cada segmento de negócio e no Banco como um todo. Para este fim, a gestão de capital utiliza indicadores de retorno sobre o capital para fazer uma análise detalhada da criação de valor de cada segmento e suas subdivisões.

Para gerir adequadamente o capital do Banco, é essencial projetar e analisar futuras necessidades, antecipando as várias fases do ciclo de negócio. Simulações de capital regulatório e econômico são feitas com base em projeções financeiras e em cenários macroeconômicos elaborados pelo departamento de pesquisa econômica. Essas simulações são utilizadas pelo Banco como referência para adequar os planos de ação necessários para atingir os objetivos de risco e rentabilidade definidos.

Para que o arcabouço de integração na gestão de capital funcione adequadamente, é essencial o desenvolvimento de metodologias e modelos que consigam discriminar diferentes níveis de risco. Neste âmbito, o Santander Brasil investe na implantação de plataformas tecnológicas e na manutenção de equipes formadas por profissionais qualificados de diferentes áreas para participar da especificação e do desenvolvimento dos modelos de risco e capital, que são insumos primordiais para gestão de capital.

Tais investimentos reafirmam o compromisso do Banco com a melhoria de seus modelos usados na gestão. Desta forma, as estimativas internas do capital são usadas não somente para garantir a solvência em face das ocorrências causadas por diferentes tipos de risco, como também para gerir e comparar os negócios. Neste processo, há pleno envolvimento da Alta Administração através de Comitês, nos quais informa-se regularmente os avanços dos projetos e as implicações de suas implantações.

OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

	RWA		Requerimento mínimo de PR
Em R$ milhões	**dez-23**	**set-23**	**dez-23**
Risco de crédito em sentido estrito	**516.877**	**522.051**	**41.350**
Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	516.877	522.051	41.350
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-	-	-
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	-	-	-
Risco de crédito de contraparte (CCR)	**18.226**	**13.646**	**1.458**
Do qual: mediante abordagem SA-CCR	15.022	10.526	1.202
Do qual: apurado mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
Do qual: outros	3.204	3.120	256
Cotas de fundos não consolidados – ativos subjacentes identificados	**1.178**	**450**	**94**
Cotas de fundos não consolidados – ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	**146**	**333**	**12**
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	**1.134**	**1.692**	**91**
Exposições de securitização contabilizadas na carteira bancária	**3.103**	**9**	**248**
Risco de mercado[1]	**33.003**	**31.939**	**2.640**
Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	38.911	37.730	3.113
Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)	12.719	13.796	1.017
Risco operacional	**60.491**	**60.491**	**4.839**
Risco de Pagamentos (RWASP)	**N/A**	**N/A**	**N/A**
Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	**20.296**	**21.469**	**1.624**
Total	**654.454**	**652.080**	**52.356**

[1] Máximo entre 80% do modelo padronizado (RWAMPAD) e modelo interno (RWAMINT). Considera o acréscimo da parcela de RWACVA de acordo com a Resolução BCB 291/23.

Comparação entre Informações Contábeis e Prudenciais

Neste item, serão abordadas as diferenças entre os valores contábeis reportados nas demonstrações financeiras e as exposições sujeitas a tratamento regulatório prudencial.

LIA: Informação das Diferenças entre os Valores Contábeis e as Exposições Consideradas para Regulamentação Prudencial

A principal diferença entre os valores contábeis e as exposições consideradas para a regulamentação prudencial é a não inclusão no Consolidado Prudencial de empresas não financeiras, dentre as quais destacam-se as empresas de serviços e as seguradoras, o que impacta tanto os ativos que são consolidados quanto os que são eliminados por se tratar de ativos *intercompany*.

Com base na Resolução N° 4.277 de 31 de outubro de 2013 os ajustes de apreçamento financeiro são considerados e calculados para consideração dos custos de liquidação de posições, *spreads* de crédito, custos de aplicação e captação de recursos, risco de pagamento antecipado, custos administrativos futuros, riscos operacionais, riscos de modelo e risco de concentração. A metodologia de apreçamento é realizada pela área de riscos de mercado, buscando as informações disponíveis de preços, dados de mercado e liquidez relevantes. As metodologias, procedimentos, controles e políticas dos ajustes prudenciais seguem os princípios estabelecidos pelo BACEN. Todas as metodologias e procedimentos também são aprovados e recorrentemente revisados pelas áreas de validação, e sujeitos à verificação recorrente por auditoria interna e externa. O perímetro sujeito à análise da aplicação dos ajustes prudenciais compreende o conglomerado prudencial.

Sempre que disponível a mensuração do valor justo é feita considerando preços e dados de mercados relevantes. Na ausência destes dados, são utilizadas modelos para estimar com o melhor grau de precisão possível o preço e ajustes prudenciais justos. Os ajustes prudenciais são acompanhados e suas variações detalhadas em termos de variação do perfil da carteira, mudanças no cenário econômico ou mudanças no comportamento do mercado para determinado produto ou fator de risco.

O processo de verificação independente de preços (IPV) é realizado por equipe independente da equipe de apreçamento, também observando os preços e dados de mercado relevantes, e é determinado por metodologias e procedimentos aprovados, sujeitos à verificação pelas áreas de validação e auditoria interna e externa.

O processo de IPV contrasta a marcação da equipe de apreçamento contra os dados disponíveis para observar possíveis discrepâncias ou potenciais marcações incorretas nos instrumentos financeiros. Este procedimento ocorre tanto recorrentemente para os produtos já existentes como também é um item analisado no fluxo de admissão e implementação de novos produtos.

O valor reportado em outras diferenças da tabela LI2 equivale às exposições de risco de crédito e risco de crédito de contraparte não contabilizadas no balanço patrimonial.

LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco

Em R$ milhões **dez-23**

			Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria				
	Valores reportados nas demonstrações financeiras	**Valores considerados na regulamentação prudencial**	Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado	Itens desconsiderados na apuração dos requerimentos mínimos de PR ou deduzidos na apuração do PR
Ativos							
Caixa e equivalentes a caixa	10.109	10.323	10.323	-	-	10.323	-
Instrumentos financeiros	998.194	954.117	800.782	113.876	6.321	289.579	26.971
Operações de arrendamento mercantil	3.164	5.521	5.521	-	-	-	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(35.375)	(37.178)	(37.178)	-	-	-	-
Créditos tributários	55.624	44.936	36.038	-	-	-	8.898
Outros Ativos	106.925	185.464	118.129	-	-	67.050	284
Investimentos em participações em coligadas e controladas	939	11.021	11.021	-	-	-	-
Imobilizado de uso	5.655	6.477	6.477	-	-	-	-
Intangível	7.961	7.902	-	-	-	-	7.902
Total de ativos	**1.153.196**	**1.188.583**	**951.113**	**113.876**	**6.321**	**366.952**	**44.055**
Passivos							
Depósitos e demais instrumentos financeiros	967.725	923.391	-	96.298	-	83.600	743.493
Provisões	87.189	161.051	-	-	-	-	161.051
Obrigações fiscais diferidas	11.037	8.366	-	-	-	-	8.366
Total de passivos	**1.065.951**	**1.092.809**	**-**	**96.298**	**-**	**83.600**	**912.911**

LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições

Em R$ milhões **dez-23**

		Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria			
	Total	*Sujeitos ao risco de crédito*	*Sujeitos ao risco de crédito de contraparte*	*Sujeitos ao arcabouço de securitização*	*Sujeitos ao risco de mercado*
Total de ativos considerados na regulamentação prudencial	1.144.528	951.113	113.876	6.321	366.952
Total de passivos considerados na regulamentação prudencial	179.898	-	96.298	-	83.600
Valor líquido considerado na regulamentação prudencial	**964.630**	**951.113**	**17.578**	**6.321**	**283.352**
Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	237.921	237.921	-	-	-
Diferenças no apreçamento de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-
Outras diferenças	49.774	-	49.774	-	-
Exposições consideradas para fins prudenciais	**1.252.325**	**1.189.034**	**67.352**	**6.321**	**283.352**

As exposições não contábeis estão classificadas na linha de outras diferenças.

PV1: Ajustes prudenciais (PVA)

Em R$ milhões **dez-23**

	Ações	Taxa de juros	Câmbio	Crédito	Mercadorias	Total	*Do qual: na carteira de negociação*	*Do qual: na carteira bancária*
Incerteza sobre o custo de liquidação das posições, dos	1	7	3	41	-	53	14	39
Custo de liquidação das posições	1	7	3	10	-	22	11	10
Concentração de mercado	-	-	-	31	-	31	3	29
Risco de pagamento antecipado	-	-	-	-	-	-	-	-
Risco de modelo	-	-	-	-	-	-	-	-
Risco operacional	-	3	1	3	-	7	4	3
Custos efetivos de aplicação e captação de recursos	-	-	-	-	-	-	-	-
Spread de risco de crédito	-	4	2	4	-	11	11	-
Custos administrativos futuros	-	12	5	12	-	29	29	-
Outros	-	24	10	7	-	41	20	21
Total	**2**	**51**	**21**	**67**	**-**	**141**	**77**	**63**

Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis BRGAAP e Prudencial

dez-23

Instituições que compõe o Consolidado Publicação e o Consolidado Prudencial:

Banco Santander (Brasil) S.A.
Cayman Islands Branch Bsb
Luxembourg Branch Bsb
Banco Bandepe S.A.
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
Banco RCI Brasil S.A.
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.
Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Invest. no Exterior
Santander FI Hedge Strategy Fund
Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Invest. no Exterior
Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado
Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior
Prime Fundo de Investimento Imobiliário (Atual denominação da BRL V Fundo de Investimento Imobiliário FII)
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI
Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamento S.A.
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.
Santander Hermes Multi Créd Priv Infra Fundo de Invest
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Atacado
Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior
TORO Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Getnet Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios
Santander Flex Fundo de Investimento Direitos Creditórios
San Créditos Estruturados | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
D365 Fundo De Investimento em Direiros Creditórios
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TELLUS
Precato IV Fundo de Investimento em Direitos Creditorios - NAO PADRONIZADOS

dez-23

Instituições que compõe apenas o Consolidado Prudencial:

Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamento S.A.
Superdigital Instituição de Pagamento S.A.
Getnet Sociedade de Crédito Direto

Instituições que compõe apenas o Consolidado Publicação:

Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.
Evidence Previdência S.A.
Sancap Investimentos e Participações S.A.
Santander Tecnologia e Inovação Ltda (F1rst Tecnologia)
Esfera Fidelidade S.A.
SANB Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.
Santander Holding Imobiliária S.A. (Atual denominação da Webcasas S.A.)
Rojo Entretenimento S.A.
Santander Capitalização S.A.
SX Negócios Ltda (Atual denominação da Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda.)
Summer Empreendimentos Ltda.
GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.
TORO Investimentos S/A
Liderança Serviços Especializados em Cobranças LTDA.
Solution Fleet Consultoria Empresarial S.A.
APE Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.
Monetus Investimentos S.A.
MOBILLS CORRETORA DE SEGUROS LTDA.
MOB Soluções em Tecnologia LTDA.
Mobills Labs Soluções em Tecnologia LTDA.
SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados LTDA

Instituições relevantes

Em R$ milhões			dez-23
Empresas relevantes:			
Instituições que compõe apenas o Consolidado Publicação	**Natureza da Atividade**	**Ativo**	**Patrimônio Líquido**
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Outras Atividades	18.205	6.476
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	5.549	411
Esfera Fidelidade S.A.	Outras Atividades	3.812	908
Evidence Previdência S.A.	Previdência	2.754	833
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	1.508	1.357
Santander Tecnologia e Inovação Ltda.	Tecnologia	1.110	425

Composição do Capital

CCA: Principais Características dos Instrumentos que Compõem o Patrimônio de Referência (PR)

A tabela CCA - Principais Características dos Instrumentos que Compõem o Patrimônio de Referência (PR), está disponível em: <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)

Em R$ mil	dez-23	
	Valor	Referência no balanço do conglomerado
Capital Principal: instrumentos e reservas		
Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	55.000.000	e
Reservas de lucros	34.484.764	g
Outras receitas e outras reservas	(3.216.025)	f + h
Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	3.862.617	j
Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	**90.131.356**	
Capital Principal: ajustes prudenciais		
Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	140.558	
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	579.015	c
Ativos intangíveis	7.322.795	c
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	5.568.004	a
Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são registrados contabilmente	87.731	h
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	283.703	
Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	1.106.783	i
Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	-	
Valor total das participações não significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
Valor total das participações significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	b
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas.	-	a + d
Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado	-	
do qual: oriundo de participações significativas no capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, no capital de empresas assemelhadas a instituições financeiras que não sejam consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	
do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	
Ajustes regulatórios nacionais	-	
Ativos permanentes diferidos	-	
Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	
Aumento de capital social não autorizado	-	
Excedente do valor ajustado de Capital Principal	-	
Depósito para suprir deficiência de capital	-	
Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	
Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017	-	
Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-	
Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes	-	
Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	**15.088.589**	
Capital Principal	**75.042.768**	
Capital Complementar: instrumentos		
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	6.116.218	
dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	
dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	6.116.218	
Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	100.119	
Capital Complementar antes das deduções regulatórias	**6.216.337**	

Capital Complementar: deduções regulatórias	
Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-
Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	-
Valor total dos investimentos não significativos no Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior não consolidadas que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-
Valor total dos investimentos significativos no Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
Ajustes regulatórios nacionais	-
Participação de não controladores no Capital Complementar	-
Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-
Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	-
Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	**-**
Capital Complementar	**6.216.337**
Nível I	**81.259.105**
Nível II: instrumentos	
Instrumentos elegíveis ao Nível II	13.510.749
Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	133.492
Nível II antes das deduções regulatórias	**13.644.241**
Nível II: deduções regulatórias	
Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-
Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	-
Valor total dos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em outros passivos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior não consolidadas, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-
Valor total dos investimentos significativos em instrumentos de Nível II e em outros passivos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-
Ajustes regulatórios nacionais	-
Participação de não controladores no Nível II	-
Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-
Total de deduções regulatórias ao Nível II	**-**
Nível II	**13.644.241**
Patrimônio de Referência	**94.903.346**
Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	**654.454.439**
Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal	
Índice de Capital Principal (ICP)	**11,5%**
Índice de Nível I (IN1)	**12,4%**
Índice de Basileia (IB)	**14,5%**
Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	3,5%
do qual: adicional para conservação de capital - ACPConservação	2,5%
do qual: adicional contracíclico - ACPContracíclico	0,0%
do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,0%
Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	**2,9%**
Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco	
Valor total das participações não significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-
Valor total das participações significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	1.223.774
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	10.224.952

CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial

Em R$ milhões			dez-23
	Valores do balanço patrimonial no final do período	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período	Referência no balanço do conglomerado
Ativos			
Caixa e equivalentes a caixa	10.109	10.323	
Instrumentos financeiros	998.194	954.117	
Operações de arrendamento mercantil	3.164	5.521	
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de	(35.375)	(37.178)	
Créditos tributários	55.624	44.936	a
Outros Ativos	106.925	185.464	
Investimentos em participações em coligadas e controladas	939	11.021	b
Imobilizado de uso	5.655	6.477	
Intangível	7.961	7.902	c
Total de ativos	**1.153.196**	**1.188.583**	
Passivos			
Depósitos e demais instrumentos financeiros	967.725	923.391	
Provisões	87.189	161.051	
Obrigações fiscias diferidas	11.037	8.366	d
Total de passivos	**1.065.951**	**1.092.809**	
Patrimônio líquido			
Capital social realizado	55.000	55.000	e
Reservas de Capital	608	605	f
Reservas de Lucros	34.823	35.000	g
Outros resultados abrangentes	(3.240)	(3.247)	h
Ações em Tesouraria	(1.107)	(1.107)	i
Participação dos minoritários das controladas	1.161	9.523	j
Patrimônio líquido total	**87.245**	**95.774**	

Indicadores Macroprudenciais

GSIB1: Caracterização de Instituição Financeira Sistemicamente Importante em Âmbito Global (G-SIBs)

A tabela GSIB1 deve ser divulgada apenas pelas instituições sujeitas à apuração das informações para avaliação da importância sistêmica global (IAISG), da qual trata a Circular Nº 3.751, de 19 de março de 2015. O Banco Santander Brasil não está sujeito à apuração destas informações.

CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP Contracíclico

Em R$ milhões **dez-23**

Jurisdição	ACCPi	Valores de exposição e RWA_{CPrNB} considerados no cálculo do $ACP_{Contracíclico}$		Adicional contracíclico aplicável à instituição	Valor do ACP Contracíclico
		Montante da exposição ao risco de crédito ao setor privado não bancário	*RWA_{CPrNB}*		
Brasil	0,0%	3.098.071	535.065		-
Austrália	1,0%	10	2		-
França	0,5%	20.318	1.106		-
Alemanha	0,75%	160	-		-
Luxemburgo	0,5%	5.532	151		-
Noruega	2,5%	1	-		-
Reino Unido	2,0%	41.707	822		-
Subtotal		**3.165.799**	**537.146**		
Total		**3.801.269**	**545.034**	**-**	**-**

O Santander Brasil possui exposição no exterior com 22 países que não apresentam Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACCPi) em dezembro/23.

Razão de Alavancagem (RA)

Em outubro de 2015 entrou em vigor a Circular N° 3.748 que trata sobre a Razão de Alavancagem (RA), a qual avalia a razão entre o Capital Nível I e a Exposição Total, considerando-se a parcela *off- balance* (limites, avais, fianças e derivativos). Nas sessões seguintes são apresentadas o resumo comparativo entre as Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem.

LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)

Em R$ milhões	dez-23
Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	1.153.196
Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	35.387
Ativo total do balanço patrimonial individual ou do conglomerado prudencial, no caso de apuração da RA em bases consolidadas	**1.188.583**
Ajuste relativo ao método de apuração do valor dos instrumentos financeiros derivativos	12.753
Ajuste relativo ao método de apuração do valor das operações compromissadas e de empréstimo de ativos	91.851
Ajuste relativo a operações não contabilizadas no balanço patrimonial	69.679
Outros ajustes	(237.112)
Exposição Total	**1.125.754**

LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem

Em R$ milhões	dez-23	set-23
Itens contabilizados no balanço patrimonial		
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	856.888	843.377
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(17.084)	(18.200)
Total das exposições contabilizadas no balanço patrimonial	**839.804**	**825.176**
Operações com instrumentos financeiros derivativos		
Valor de reposição em operações com derivativos	32.000	30.536
Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	12.753	12.995
Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-
Ajuste relativo à dedução da exposição relativa a contraparte central qualificada (QCCP) nas operações de derivativos em nome de clientes nas quais não há obrigatoriedade contratual de reembolso em decorrência de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pela liquidação e compensação das transacões	(12.221)	(12.372)
Valor de referência dos derivativos de crédito	-	-
Ajuste no valor de referência dos derivativos de crédito	-	-
Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	**32.532**	**31.159**
Operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (TVM)		
Aplicações em operações compromissadas e em empréstimo de TVM	91.887	119.009
Ajuste relativo a recompras a liquidar e a TVM cedidos por empréstimo	-	-
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte (CCR)	91.851	28.560
Valor relativo ao CCR em operações de intermediação	-	-
Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de TVM	**183.738**	**147.569**
Itens não contabilizados no balanço patrimonial		
Valor de referência das operações não contabilizadas no balanço patrimonial	239.549	227.735
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no balanço patrimonial	(169.870)	(162.135)
Total das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	**69.679**	**65.600**
Capital e Exposição Total		
Nível I	**81.259**	**79.341**
Exposição Total	**1.125.754**	**1.069.504**
Razão de Alavancagem (RA)		
Razão de Alavancagem (%)	**7,2%**	**7,4%**

Indicadores de Liquidez

LIQA: Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à capacidade da Instituição financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Neste sentido, é definido como a possibilidade de a Instituição não cumprir com as obrigações de pagamento no prazo ou de realizá-lo com um custo excessivo. Entre as tipologias das perdas ocasionadas por esse risco, encontram-se as perdas por vendas forçadas de ativos ou impactos na margem pelo descasamento entre as previsões de saídas e entradas de caixa.

Em resumo, o gerenciamento e controle do Risco de Liquidez visam mitigar problemas de solvência nos diferentes horizontes temporais, possibilitando a liquidação dos compromissos já assumidos e a renovação dos mesmos, garantindo a estabilidade do plano de negócio da Instituição.

A governança de Riscos de Liquidez do Banco Santander Brasil envolve diversas camadas da Instituição. Entre as principais, estão: o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), a área de Gestão Financeira e a área de Riscos.

O comitê de ativos e passivos (ALCO) monitora os indicadores de liquidez, aprova os respectivos limites, define e avalia as estratégias relacionadas a liquidez do Banco. A área de Gestão Financeira atua como primeira linha de defesa, responsável pela gestão da liquidez, por meio do planejamento das necessidades de recursos, estruturação das fontes de financiamento, melhoria da diversificação dos prazos e instrumentos e elaboração do Plano de Contingência.

A área de Riscos, independente e em estrutura apartada da área de Gestão Financeira, atua como segunda linha de defesa. Neste sentido, define a metodologia e as hipóteses para mensuração do Risco de Liquidez, estabelece métricas e monitora os limites alinhados ao Apetite ao Risco da Instituição, informando a situação de liquidez do Banco à Alta Administração e as demais áreas envolvidas.

Atuando de forma independente das áreas de negócio, a área de controle de Risco de Liquidez, faz uso das métricas de curto (LCR) e longo prazo (NSFR), métricas em situações de estresse e outras métricas complementares para a adequada gestão do risco de liquidez, que são capazes de mensurar o nível de liquidez seguro para que o Banco honre de forma confortável suas obrigações com o mercado e acionistas. Todas as métricas e atividades são passíveis de validações de modelos, controles e auditoria para garantir a consistência e imparcialidade das informações geradas.

Para auxiliar a gestão, alguns índices de liquidez são mensalmente calculados como índices de concentração de contrapartes e por segmentos.

Além dos indicadores, o Santander Brasil está em conformidade com as exigências do Banco Central, por meio da Resolução N° 4.557, que trata da estrutura e gestão de risco e capital estabelecendo uma estrutura de gerenciamento de liquidez que atende a:

- Políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de liquidez claramente documentadas, que estabeleçam limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela Administração da instituição;
- Processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia;

- Políticas e estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Plano de Contingência de Liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez e que aborde diferentes cenários com potencial impacto adverso sobre a liquidez do Banco, oriundos de eventos sistêmicos ou de imagem;
- As políticas e as estratégias para o gerenciamento do risco de liquidez, bem como o Plano de Contingência, são aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pela diretoria da Instituição e conselho de administração.

A gestão eficaz da liquidez exige uma análise de cenários financeiros, nos quais são avaliadas situações adversas. Para avaliar estes comportamentos, a Instituição faz uso do modelo de Teste de Estresse, o qual tem como objetivo estudar os impactos na estrutura do Banco em diferentes perspectivas, procurando a antecipação de soluções ou até mesmo evitando posições que prejudiquem a liquidez nestes cenários.

Os cenários são definidos a partir da análise do comportamento do mercado durante crises anteriores, bem como estimativas futuras. São elaborados quatro cenários de crises, com intensidades distintas: estresse de imagem, estresse local, global e um cenário combinado.

A partir da análise dos modelos de estresse definiu-se o conceito de liquidez mínima, que é aquela suficiente para suportar as perdas de liquidez para um determinado horizonte de dias, no pior cenário.Com base nos resultados obtidos no Teste de Estresse, a Instituição busca meios de evitar posições que possam divergir de seu modelo de negócio e, adicionalmente, o utiliza para elaboração de seu Plano de Contingência e de Recuperação, que constitui-se de um conjunto formal de ações preventivas e corretivas a serem acionadas em momentos de crise de liquidez, abordando também outros indicadores relevantes e que suportem decisões da alta direção.

Entre as principais funções do Plano de Contingência de Liquidez podem ser destacadas:

- Identificação de Crise: a elaboração do Plano de Contingência de Liquidez requer a prévia definição de um parâmetro mensurável que defina a condição e estrutura de liquidez do Banco. Esse parâmetro é o Limite Mínimo de Liquidez definido no Teste de Estresse. A violação desse limite caracteriza um ambiente de crise de liquidez e, consequentemente, aciona o Plano de Contingência;
- Comunicação Interna: após identificada a crise, é necessário estabelecer uma clara comunicação capaz de mitigar os problemas originados. As pessoas envolvidas na execução das ações de contingência devem ser avisadas tanto do grau quanto das medidas a serem tomadas;
- Ações Corretivas: são as ações que efetivamente serão capazes de gerar recursos para solucionar ou mitigar os efeitos da crise:
    - Avaliar o tipo e a gravidade da crise;
    - Identificar qual o segmento mais impactado;
    - Acionar as medidas que gerem recursos, levando-se em conta o valor necessário e o custo do recurso adicional, quer seja custo financeiro ou custo de imagem.

O Plano de Contingência é revisado e aprovado anualmente no *Asset and Liability Committee* – ALCO.

Em relação às métricas de controle e gestão do risco de liquidez destaca-se o indicador LCR (*Liquidity Coverage Ratio)*,que é índice de liquidez de curto prazo para um cenário de estresse de imagem em 30 dias, definido pelo regulador, cujo cálculo é resultado da divisão dos ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) da instituição pelas saídas líquidas de caixa em 30 dias.

O total de *High Quality Liquidity Assets* - HQLA (Ativos Líquidos) é composto principalmente por títulos públicos federais brasileiros e retornos de compulsório. As saídas líquidas são compostas majoritariamente por perdas de depósitos, compensadas em parte pelas entradas, principalmente de créditos. Seu cálculo é diário, porém o reporte é realizado mensalmente ao Banco Central do Brasil e da Europa.

Já para a gestão de longo prazo, o indicador mais utilizado é o NSFR (*Net Stable Funding Ratio*), métrica desenvolvida pelo BIS e adaptada pelo regulador local, que visa, por meio de percentuais determinados, verificar se o Banco possui fonte de financiamento estável para sustentar seus ativos. Está métrica possui ponderações diferentes por prazo. Seu cálculo é mensal e seu reporte é feito tanto ao Banco Central do Brasil quanto para o regulador externo.

LIQ1: Indicador de liquidez de curto prazo (LCR)

O Santander Brasil possui uma média de LCR no trimestre de 144,0%, com uma redução em relação à média do trimestre anterior. A tabela demonstra um total de R$186 bilhões de ativos líquidos (HQLA), montante confortável para suprir o total das saídas de caixa em um período de estresse superior aos 30 dias propostos pela métrica.

	dez-23		set-23	
	Valores não ponderados (R$ mil)	Valores ponderados (R$ mil)	Valores não ponderados (R$ mil)	Valores ponderados (R$ mil)
Ativos de Alta Liquidez (HQLA)				
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		**185.787.616**		**173.992.313**
Saídas de Caixa				
Captações de varejo, das quais:	225.277.921	22.438.735	220.420.820	21.944.425
Captações estáveis	121.069.428	6.053.471	119.034.270	5.951.714
Captações menos estáveis	104.208.494	16.385.263	101.386.550	15.992.712
Captações de atacado não colateralizadas, das quais:	269.298.522	112.168.514	256.066.713	106.598.048
Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	15.836.422	4.666.228	7.978.539	2.617.882
Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes)	250.676.010	104.716.196	244.613.618	100.505.609
Obrigações não colateralizadas	2.786.090	2.786.090	3.474.556	3.474.556
Captações de atacado colateralizadas		17.169.802		15.401.398
Requerimentos adicionais, dos quais:	98.740.036	17.776.592	96.825.385	17.520.836
Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	12.538.072	12.538.072	12.364.577	12.364.577
Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	-	-	-	-
Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	86.201.965	5.238.520	84.460.808	5.156.259
Outras obrigações contratuais	42.414.575	42.414.575	34.726.114	34.726.114
Outras obrigações contingentes	6.689.636	6.555.292	5.646.093	5.513.480
Total de saídas de caixa		**218.523.510**		**201.704.301**
Entradas de caixa				
Empréstimos colateralizados	103.967.684	-	99.511.608	
Operações em aberto, integralmente adimplentes	57.503.978	46.744.309	60.583.915	48.868.383
Outras entradas de caixa	44.889.865	42.752.972	36.917.741	34.750.909
Total de entradas de caixa	**206.361.527**	**89.497.281**	**197.013.264**	**83.619.292**

Valor total ajustado	**Valor Total Ajustado (R$ mil)**	**Valor Total Ajustado (R$ mil)**
Total HQLA	185.787.616	173.992.313
Total de saídas líquidas de caixa	129.026.229	118.085.009
LCR (%)	**144,0%**	**147,3%**

	Observações mensais		Observações mensais
Outubro 2023	23	Julho 2023	18
Novembro 2023	20	Agosto 2023	22
Dezembro 2023	20	Setembro 2023	21
Total do trimestre	**63**	**Total do trimestre**	**61**

O total de observações ocorridas no quarto trimestre de 2023 foi de 63, 23 em outubro, 20 em novembro e 20 em dezembro. No trimestre anterior, foram 61 observações, sendo 18 em julho, 22 em agosto e 21 em setembro.

LIQ2: Indicador de liquidez de longo prazo (NSFR)

A tabela do indicador de liquidez de longo prazo (NSFR) apresenta um volume de recursos estáveis disponíveis (ASF) de R$583 bilhões, compostos principalmente pelo Capital do banco e captações de clientes de diversos segmentos, e um total de R$527 bilhões de recursos estáveis requeridos (RSF), majoritariamente constituído por empréstimos e financiamentos. A relação entre os recursos estáveis disponíveis e requeridos resulta em um indicador final de 110,5%, demonstrando alta suficiência da instituição para financiamento de suas operações à longo prazo.

dez-23

	Valor por prazo efetivo de vencimento residual, antes da ponderação (R$ mil)				Valor após ponderação (R$ mil)
	Sem Vencimento	*Menor do que seis meses*	*Maior ou igual a seis meses e menor do que um ano*	*Maior ou igual a um ano*	
Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)					
Capital	109.771.834	-	-	-	109.771.834
Patrimônio de Referência (PR), bruto de deduções regulatórias	109.771.834	-	-	-	109.771.834
Outros instrumentos não incluídos na linha 2	-	-	-	-	-
Captações de varejo, das quais:	60.885.979	188.584.841	3.644.434	10.223.202	244.606.334
Captações estáveis	50.644.732	80.574.246	369.084	36.535	125.045.193
Captações menos estáveis	10.241.247	108.010.595	3.275.351	10.186.668	119.561.141
Captações de atacado, das quais:	34.230.284	452.732.282	46.531.660	49.823.765	219.603.632
Depósitos operacionais e depósitos de cooperativas filiadas	-	14.245.422	-	-	7.122.711
Outras Captações de atacado	34.230.284	438.486.860	46.531.660	49.823.765	212.480.921
Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes	-	80.507.051	-	-	-
Outros passivos, dos quais:	-	124.846.409	2.330.499	22.100.194	8.808.002
Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero		11.909.609	1.779.318	13.567.783	
Demais elementos de passivo ou patrimônio líquido não incluídos nas linhas anteriores	-	112.936.799	551.181	8.532.411	8.808.002
Total de Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)					**582.789.802**
Recursos Estáveis Requeridos (RSF)					
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)					6.871.542
Depósitos operacionais mantidos em outras instituições financeiras	-	-	-	-	-
Títulos, valores mobiliários e operações com instituições financeiras, não-financeiras e bancos centrais, dos quais:	-	164.482.694	83.079.863	290.419.426	353.512.137
Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 1	-	-	-	-	-
Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 2A, de Nível 2B ou sem colateral	-	-	-	1.575.934	643.471
Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais, dos quais:	-	140.129.205	66.055.326	205.153.486	277.549.302
Operações com Fator de Ponderação de Risco (FPR) menor ou igual a 35%, nos termos da Circular nº 3.644, de 2013	-	-	-	-	-
Financiamentos Imobiliários residenciais, dos quais:	-	1.400.172	1.389.227	56.421.015	39.704.724
Operações que atendem ao disposto na Circular nº 3.644, de 2013, art. 22	-	1.197.128	1.187.770	48.239.193	32.547.924
Títulos e valores mobiliários não elegíveis a HQLA, incluindo ações negociadas em bolsa de valores	-	22.953.317	15.635.310	27.268.991	35.614.640
Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes	-	80.460.969	-	-	-
Outros ativos, dos quais:	54.293.739	71.835.368	130.494	124.013.841	159.882.378
Operações com ouro e com mercadorias (commodities),incluindo aquelas com previsão de liquidação física	158.141				134.420
Ativos prestados em decorrência de depósito de margem inicial de garantia em operação com derivativos e participação em fundos de garantia mutualizados de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação que se interponham como contraparte central		-	-	16.201.698	13.771.443
Derivativos cujo valor de reposição seja maior ou igual a zero		-	-	29.468.194	3.373.760
Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero, bruto da dedução de qualquer garantia prestada em decorrência de depósito de margem de variação		-	-	1.362.835	1.362.835
Demais ativos não incluídos nas linhas anteriores	54.135.598	71.835.368	130.494	76.981.114	141.239.920
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial		261.216.169	-	-	7.154.794
Total de Recursos Estáveis Requeridos (RSF)					**527.420.851**
NSFR (%)					**110,5%**

Risco de Crédito

CRA: Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito está alinhado com a estratégia e o modelo de negócio do Grupo e considera tanto as melhores práticas de mercado quanto as recomendações dos órgãos supervisores e reguladores. Define estratégias de acordo com o Apetite ao Risco, estabelece limites, realiza a análise de exposições e tendências, assim como a eficácia da política de crédito, garantindo o perfil de risco desejado e a rentabilidade adequada, conforme definido pelo Comitê Executivo (CE) e pelo Conselho de Administração (CA).

A gestão de Riscos de Crédito considera as características do cliente, segregados entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (padronizados):

- A gestão individualizada é realizada por um analista de riscos definido. O fluxo de aprovação é determinado pela Carta de Alçadas do Banco (analista ou Comitê competente). A gestão abrange os clientes dos segmentos: Atacado (Corporate e SCIB), Varejo PJ (Governos, Instituições, Universidades, Agronegócios PF e PJ, Empresas) e PF Sócio Empresário;
- A gestão padronizada é dedicada às pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados, utiliza modelos automatizados na tomada de decisão e avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados.

A classificação de risco aplicada pelo Banco Santander Brasil considera as condições do devedor e seu garantidor, tais como: situação financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de lucros (no caso de Pessoa Jurídica), fluxo de caixa (no caso de Pessoa Jurídica), créditos salários (no caso de Pessoa Física), recursos financeiros, movimentação em conta, administração, governança corporativa e qualidade dos controles internos, histórico de pagamentos, setor de atividade, contingências e limites de crédito do devedor e/ou do garantidor. Também são avaliadas as características da transação, tais como: sua natureza e propósito, tipo, adequação e grau de liquidez do bem dado em garantia, e a quantia total do crédito.

Há uma área responsável pela gestão da carteira inadimplente, com a função de definir, executar e acompanhar as estratégias e performances relacionadas às carteiras de clientes inadimplentes, garantindo máxima eficácia na recuperação de crédito.

Ferramentas estatísticas são aplicadas nas análises do comportamento de clientes, traçando estratégias mais eficientes de recuperação. As atuações dos canais de cobrança são definidas pelo "Mapa de Responsabilidade", documento que considera o tempo de inadimplência versus o valor de risco, além de outras características para compor a definição de estratégias.

O monitoramento e gerenciamento de risco de crédito é desenvolvido de forma independente das outras funções, proporcionando uma adequada separação entre as áreas geradoras de risco e as responsáveis pelo controle e supervisão. Possui autoridade suficiente e acesso direto aos órgãos de administração e governança que tenham a responsabilidade de estabelecer e supervisionar a estratégia e as políticas de risco de crédito.

CR1: Qualidade creditícia das exposições

Em R$ milhões						dez-23
	Valor Bruto		Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar Dos quais: RWACPAD	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar Dos quais: RWACIRB	Valor líquido
	Ativos Problemáticos	*Não Ativos Problemáticos*				
Concessão de crédito	34.754	478.579	35.375	35.375	-	477.958
Títulos de dívida	135	237.316	1.773	1.773	-	235.678
dos quais: títulos soberanos nacionais	-	145.934	-	-	-	145.934
dos quais: outros títulos	135	91.382	1.773	1.773	-	89.744
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	237.921	550	550	-	237.371
Total	**34.889**	**953.816**	**37.699**	**37.699**	**-**	**951.006**

CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal

Em R$ milhões	dez-23
Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos em 30/06/2023	35.797
Valor das operações que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	17.400
Valor das operações que deixaram de ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	(13.578)
Valor da baixa contábil por prejuízo	(10.306)
Outros ajustes	5.576
Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos em 31/12/2023	**34.889**

CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

As tabelas a seguir contém informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições reportadas na tabela CR1.

Exposições por região geográfica e prazo remanescente de vencimento

Em R$ milhões					dez-23
	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total (Líquido)
Sudeste	170.382	56.747	267.282	131.802	626.212
Sul	22.570	9.681	43.621	19.523	95.396
Centro Oeste	11.295	5.642	23.377	12.872	53.187
Norte	4.172	2.088	10.903	6.660	23.823
Nordeste	17.402	7.608	34.831	21.104	80.945
Exterior	17.819	12.527	41.861	1.945	74.152
Total Localização Geográfica	**243.640**	**94.293**	**421.874**	**193.907**	**953.715**

Exposições por setor econômico e prazo remanescente de vencimento

Em R$ milhões					dez-23
	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total (Líquido)
Pessoas Físicas	**89.917**	**33.027**	**174.822**	**139.745**	**437.511**
Setor Público	**38.457**	**11.683**	**75.355**	**33.154**	**158.648**
Setor Privado	**115.266**	**49.582**	**171.698**	**21.008**	**357.555**
Agropecuária	5.821	3.931	5.452	226	15.430
Comércio	6.112	1.381	4.150	299	11.942
Alimentícios	15.952	4.383	14.822	824	35.982
Transporte e Logística	3.500	1.890	10.850	6.338	22.577
Automotivo	9.117	3.206	4.550	304	17.176
Energia	3.677	3.950	12.950	1.260	21.838
Construção	5.301	1.617	6.926	313	14.157
Serviços	6.795	2.013	6.624	576	16.007
Química e Petroquímica	8.866	3.559	7.558	120	20.103
Indústria	730	198	1.049	61	2.038
Usinas	1.449	1.339	3.567	63	6.419
Saúde	2.246	677	5.887	772	9.581
Têxtil e Vestuário	2.862	1.307	3.679	202	8.049
Incorporadora e Atividades Imobiliárias	1.667	656	3.446	437	6.206
Metalurgia e Siderurgia	3.678	1.917	7.482	81	13.157
Máquinas e Equipamentos	5.618	1.501	5.249	419	12.787
Mineração	3.159	4.520	1.963	16	9.659
Farmacêutico	3.004	1.629	4.261	811	9.706
Petróleo e Gás	5.393	791	6.540	150	12.874
Lazer e Alimentação	1.981	528	2.632	299	5.440
Eletroeletrônicos	1.830	619	2.462	83	4.994
Holdings e Sociedades de Participação	2.957	3.705	16.915	1.263	24.840
Educação	769	377	2.379	506	4.032
Atividades Financeiras e Seguradoras	5.446	882	10.986	5.021	22.336
Tecnologia da Informação	785	216	1.347	84	2.432
Telecomunicações	2.002	149	4.234	45	6.429
Locadoras de Automóveis	335	666	6.001	23	7.024
Papel e Celulose	623	61	2.253	175	3.111
Madeira	673	251	1.267	27	2.218
Comunicação	1.035	212	1.186	64	2.498
Administração pública, defesa e seguridade social	6	1	19	1	27
Hotéis	195	35	578	27	835
Saneamento	226	362	1.719	27	2.334
Cosméticos	748	32	257	13	1.049
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiro	79	47	426	22	574
Outros	630	976	31	58	1.695
Total Setor Econômico	**243.640**	**94.293**	**421.874**	**193.907**	**953.715**

Exposições em curso anormal, provisões e baixas contábeis por região geográfica

Em R$ milhões			dez-23
	Ativos Problemáticos		
	Exposições	Provisões	Baixas contábeis por prejuízo
Sudeste	21.998	15.259	5.904
Sul	4.095	2.912	1.355
Centro Oeste	2.404	1.743	822
Norte	1.256	914	415
Nordeste	4.762	3.505	1.810
Exterior	373	174	-
Total Região Geográfica	**34.889**	**24.508**	**10.306**

Exposições em curso anormal, provisões e baixas contábeis por setor econômico

Em R$ milhões	dez-23		
	Ativos Problemáticos		
	Exposições	Provisões	Baixas contábeis por prejuízo
Pessoas Físicas	**21.948**	**15.790**	**7.556**
Setor Público	**-**	**-**	**-**
Setor Privado	**12.940**	**8.718**	**2.751**
Agropecuária	135	103	22
Comércio	3.190	2.176	205
Alimentícios	2.345	1.718	482
Transporte e Logística	2.093	834	133
Automotivo	440	327	157
Energia	5	2	1
Construção	697	530	273
Serviços	584	463	313
Química e Petroquímica	129	108	34
Indústria	21	16	10
Usinas	122	91	-
Saúde	340	193	64
Têxtil e Vestuário	544	386	196
Incorporadora e Atividades Imobiliárias	178	134	58
Metalurgia e Siderurgia	98	71	38
Máquinas e Equipamentos	221	162	52
Mineração	19	17	5
Farmacêutico	158	119	71
Petróleo e Gás	210	165	61
Lazer e Alimentação	543	415	231
Eletroeletrônicos	198	166	98
Holdings e Sociedades de Participação	96	62	5
Educação	141	114	34
Atividades Financeiras e Seguradoras	36	24	14
Tecnologia da Informação	44	35	17
Telecomunicações	33	28	20
Locadoras de Automóveis	31	23	14
Papel e Celulose	46	45	4
Madeira	75	60	27
Comunicação	87	68	42
Administração pública, defesa e seguridade social	-	-	1
Hotéis	22	18	7
Saneamento	20	15	11
Cosméticos	19	17	8
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros	16	13	10
Outros	2	1	33
Total Setor Econômico	**34.889**	**24.508**	**10.306**

Exposições segmentadas por faixa de atraso

Em R$ milhões	dez-23
Total das exposições em atraso	**51.400**
Menor que 30 dias	23.196
Entre 31 e 90	11.716
Entre 91 e 180	7.509
Entre 181 e 365	7.937
Maior que 365	1.043

Maiores exposições

Em R$ milhões					dez-23
	Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria		Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Valor líquido	% Valor líquido / Total
	Em curso anormal	*Em curso normal*			
10 Maiores Devedores	-	178.372	2	178.370	18,7%
100 Maiores Devedores	4.986	286.915	4.475	287.427	30,1%

Operações reestruturadas

Em R$ milhões	dez-23
Exposições reestruturadas	**19.829**
Operações em curso anormal	18.133
Demais operações	1.697

CRC: Informações sobre Instrumentos Mitigadores do Risco de Crédito

As garantias são definidas como medidas de reforço adicional a uma operação de crédito, como mitigadoras do risco de crédito frente à perda por incumprimento da obrigação do pagamento, seja pelo prazo da operação e aumento do risco de deterioração do cliente ou pela existência de eventos externos possíveis, relevantes e imprevisíveis que possam prejudicar o término da operação e que são de difícil gestão pelo credor.

No Banco Santander, há uma área responsável pelo controle e acompanhamento de todas as garantias, desde a contratação até a liquidação da operação de crédito, provendo o Banco com as informações gerenciais e contábeis das mesmas.

A avaliação das garantias considera critérios conservadores e adequados ao horizonte temporal da operação garantida, realizada mediante processos adequados para cada tipo de garantia que minimizem o risco sobre sua avaliação. A correta formalização da operação de crédito e constituição da garantia é premissa necessária e indispensável, devendo-se maximizar todos os cuidados para que a garantia se constitua válida e surta plenos efeitos. Considera-se com especial cautela a possibilidade e viabilidade de execução da garantia e sua liquidação.

O valor da garantia é acompanhado ao menos com a periodicidade permitida em cláusula e sempre com antecedência suficiente para solicitação de reposição. O incumprimento da obrigação concede à entidade a possibilidade de exigir a execução da garantia, conforme previsto em contrato formalizado e de acordo com o estabelecido pela normativa que se aplique.

As garantias classificam-se por:

- Garantias fidejussórias: conferem ao credor um direito de natureza pessoal ou uma alçada que é dirigida ao próprio patrimônio do garantidor. Este tipo de garantia é feito sempre por terceiros distintos do devedor, seja no próprio contrato de crédito ou em contrato separado.

- Garantias reais: são constituídas sobre bens (móveis ou imóveis) ou direitos, concretos e determinados que assegurem ao credor o cumprimento da obrigação principal mediante a vinculação de um bem.

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS são derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e onde, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS são derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito

Em R$ milhões					dez-23
	Exposições não mitigadas	Exposições mitigadas	Das quais: parcela coberta por		
			Colaterais financeiros	*Garantias fidejussórias*	*Derivativos de crédito*
Concessão de crédito	441.928	36.023	6.577	29.446	-
Títulos de dívida	226.988	8.690	8.690	-	-
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	65.462	5.048	1.527	3.521	-
Demais operações	248.028	-	-	-	-
Total	**982.405**	**49.761**	**16.794**	**32.967**	**-**
Dos quais: ativos problemáticos	**7.332**	**66**	**1**	**65**	**-**

CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito

Em R$ milhões						dez-23
	Exposições pré FCC e mitigação		Exposições pós FCC e mitigação		RWA e densidade de RWA	
	Operações contabilizadas no balanço	*Operações não contabilizadas no balanço*	*Operações contabilizadas no balanço*	*Operações não contabilizadas no balanço*	*RWA*	*Densidade de RWA*
Governos centrais e respectivos bancos centrais	263.150	-	263.150	-	2.822	1%
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	1.707	1	1.707	-	1.707	100%
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	0%
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	92.721	13.019	92.721	10.216	34.018	33%
Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	0%
Pessoas jurídicas não financeiras	218.506	74.809	218.506	43.548	209.015	80%
Dos quais: Financiamentos especializados	-	-	-	-	-	0%
Dos quais: outros	218.506	74.809	218.506	43.548	209.015	80%
Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	16.279	-	16.279	-	16.285	100%
Exposições de varejo	228.295	148.326	228.295	16.188	168.308	69%
Exposições garantidas por imóveis	72.550	46	72.550	29	24.710	34%
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	63.061	-	63.061	-	16.718	27%
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	-	-	-	-	0%
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	-	-	-	-	0%
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	8.030	46	8.030	29	6.534	81%
Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários	1.459	-	1.459	-	1.459	100%
Ativos Problemáticos	7.399	1	7.399	-	7.035	95%
Outros ativos	61.047	1.170	61.049	528	52.977	86%
Total	**961.654**	**237.372**	**961.656**	**70.510**	**516.877**	**50%**

CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)

Em R$ milhões				dez-23
Fator de ponderação de risco (FPR)	Exposições contabilizadas no balanço patrimonial	Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial (antes do FCC)	FCC médio[1] (ponderado pelo FPR)	Total exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Menor que 40%	407.469	3.409	100%	409.236
40 - 70%	152.936	134.502	65%	187.140
75%	179.575	49.240	81%	184.899
80 - 85%	44.987	29.173	81%	60.092
90 - 100%	172.451	17.295	97%	183.514
105 - 130%	2.126	3.453	90%	5.029
150%	2.110	300	94%	2.256
250%	-	-	-	-
400%	-	-	-	-
1250%	-	-	-	-
Exposição Total	**961.654**	**237.372**	**86%**	**1.032.166**

[1]Os ponderadores são as exposições não contabilizadas no balanço patrimonial, antes da aplicação dos respectivos FCC.

A tabela CR5 completa – Abordagem padronizada – exposições por contraparte e fator de ponderação de risco, está disponível em: <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

Risco de Crédito de Contraparte (CCR)

CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)

A seguir, seguem as políticas e estratégias de gerenciamento do risco de crédito de contraparte conforme estabelecido na Resolução Nº 4.557, de 2017, incluindo as exposições as contrapartes centrais (CCPs) e os resultados apurados no período.

O risco de crédito de contraparte ocorre da possibilidade de não cumprimento de obrigação relativa a operações realizadas por uma contraparte, e contempla operações de derivativos, *security lending*, compromissadas, empréstimos e operações a liquidar. A exposição a este risco é mensurada com a métrica de REC (risco equivalente de crédito), que representa a exposição potencial à uma contrapartida com 97,5% de confiança. Os limites de exposição potencial são aprovados em comitês apropriados e é realizada a gestão do consumo deste limite, das variações relevantes e é verificado o limite disponível para novas operações antes que sejam realizadas.

O REC observa as operações em vigor com a contrapartida e calcula a exposição potencial com base em modelos específicos para cada instrumento e fator de risco, bem como a diversificação entre estas operações no portfólio contra a contraparte. O consumo desta métrica por ser mitigado por procedimentos de chamada de margem (e sua periodicidade), garantias depositadas pela contraparte e *initial margin*. As metodologias de REC e efeitos mitigantes é aprovada pela equipe de validação e sua execução e procedimentos estão sujeitos à verificação por auditoria interna e externa.

Atualmente, o Banco Santander Brasil não calcula o impacto de colaterais que a Instituição seria obrigada a empenhar caso houvesse rebaixamento na sua classificação de crédito.

CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada

Em R$ milhões					dez-23
	Valor de reposição	Ganho potencial futuro	Alpha empregado no cômputo da EAD regulatória	EAD pós-mitigação	RWA
Abordagem SA-CCR	11.969	5.821	1,4	24.906	14.539
Abordagem CEM	N/A	N/A		N/A	N/A
Abordagem Simples – mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				188.893	3.200
Abordagem Abrangente – mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				N/A	N/A
Total					**17.739**

CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco

Em R$ milhões										dez-23
	Fator de ponderação de risco (FPR)									Total
	0%	*10%*	*20%*	*50%*	*65%*	*85%*	*100%*	*150%*	*Outros*	
Governos centrais e respectivos bancos centrais	89.383	-	-	-	-	-	-	-	-	89.383
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	22.873	-	3.047	-	-	-	-	59	14.587	40.565
Pessoa jurídica não financeira	-	20.892	-	-	3.153	1.509	801	-	-	26.355
Outras contrapartes	52.007	526	-	-	-	-	4.962	-	-	57.495
Total	**164.263**	**21.418**	**3.047**	**-**	**3.153**	**1.509**	**5.763**	**59**	**14.587**	**213.799**

CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte

Em R$ milhões						dez-23
	Colaterais financeiros associados a operações com derivativos				Colaterais financeiros associados a operações compromissadas e de empréstimos de ativos	
	Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição		Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte			
	Apartados	*Não apartados*	*Apartados*	*Não apartados*	*Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição*	*Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte*
Depósitos - moeda nacional	-	-	-	-	40.741	91.887
Depósitos - outras moedas	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos federais	5.747	-	15.781	-	88.744	34.820
Títulos emitidos por outros governos	-	-	-	-	-	-
Títulos privados	-	-	-	-	-	21.427
Ações	798	-	-	-	-	-
Outros colaterais	2.761	-	1.112	-	3.851	-
Total	**9.306**	**-**	**16.893**	**-**	**133.336**	**148.134**

CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito

Em R$ milhões		dez-23
	Risco transferido	**Risco recebido**
Valor nocional		
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de uma única entidade (Single-name CDS)	1.845	261
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de mais de uma entidade	-	-
Swap de taxa de retorno total	-	3.308
Valor nocional total	**1.845**	**3.569**
Valor justo	**(111)**	**78**
Valor justo positivo (ativo)	4	146
Valor justo negativo (passivo)	(115)	(68)

CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais

Em R$ milhões		dez-23
	Exposição após mitigação	RWA
Exposições a QCCPs (total)		**486**
Exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCPs, das quais:	24.160	483
(i) Derivativos de balcão	-	-
(ii) Derivativos padronizados	24.160	483
(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
(iv) Demais operações	-	-
Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	9.310	
Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	-	-
Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	23	3
Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por QCCPs	-	-
Exposições a CCPs não qualificadas (total)		**-**
Exposições associadas a operações liquidadas em CCPs não qualificadas, das quais:	-	-
(i) Derivativos de balcão	-	-
(ii) Derivativos padronizados	-	-
(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
(iv) Demais operações	-	-
Participação em fundos de garantia mutualizados contingente e futuro passíveis de serem exigidos por QCCPs	-	
Colaterais financeiros constituídos, exceto como margens de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das CCPs não qualificadas	-	-
Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	-	-
Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por CCPs não qualificadas	-	-

Exposições de Securitização

A avaliação e execução das operações de securitização pelo Grupo Santander Brasil baseia-se nas diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As definições dos principais critérios que tangem o tema podem ser consultadas na Resolução BCB n° 229 e na Circular nº 3.848/17.

Vale destacar que a análise da viabilidade de uma operação leva em consideração os resultados econômicos, impactos em riscos, capital e operacionais, entre outros.

Dada a relevância do tema, foi criada e aprovada nas devidas instâncias uma política de securitização a qual estabelece a governança aplicável ao tema, as funções e as responsabilidades das equipes envolvidas no processo.

SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco das exposições de securitização

A atividade de securitização na Instituição é segregada em:

- **Posição de Originação:** trata-se de securitizações em que o Santander atua como originador, ou seja, os ativos subjacentes das operações são ativos que já estão no balanço do Banco, podendo derivar em securitização tradicional e sintética. Tal segregação na classificação é baseada na avaliação da transferência substancial de riscos de tais ativos. Maiores detalhes referentes à esta mensuração podem ser consultados na Resolução N° 3.533.
- **Posição de Investidor:** refere-se a operações em que o Santander Brasil adquire posições de veículos de securitização. Para tais operações são avaliados perfil de risco da carteira, tipo do ativo subjacente, remuneração atrelada ao investimento, entre outros.

SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária

Em R$ milhões									dez-23
	Instituição financeira posições retidas			Instituição financeira como patrocinadora			Instituição financeira como investidora		
	Tradicional	*Sintética*	*Subtotal*	*Tradicional*	*Sintética*	*Subtotal*	*Tradicional*	*Sintética*	*Subtotal*
Varejo (total), das quais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
imobiliário residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
cartão de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atacado (total), das quais	-	**6.285**	**6.285**	-	-	-	**36**	-	**36**
demais pessoas jurídicas, exceto varejo	-	-	-	-	-	-	36	-	36
imobiliário comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
arrendamento mercantil e recebíveis	-	6.285	6.285	-	-	-	-	-	-
outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-

SEC2: Exposições de Securitização classificadas na carteira de negociação

Atualmente, o Banco Santander não possui exposições a serem reportadas na tabela SEC2.

SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora de securitização

Em R$ milhões **dez-23**

	Valor das exposições (por faixa de FPR)					Valor agregado das exposições		RWA		Requerimento de capital	
	≤ 20%	*20% < FPR < 50%*	*50% ≤ FPR < 100%*	*100% ≤ FPR <1250%*	*1250%*	*Padrão*	*1250%*	*Padrão*	*1250%*	*Padrão*	*1250%*
Exposições totais	**705**	**5.496**	**-**	**-**	**83**	**6.202**	**83**	**2.053**	**1.041**	**164**	**83**
Securitização tradicional, da qual:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização sintética, da qual:	705	5.496	-	-	83	6.202	83	2.053	1.041	164	83
Securitização:	705	5.496	-	-	83	6.202	83	2.053	1.041	164	83
com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	705	5.496	-	-	83	6.202	83	2.053	1.041	164	83
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora

Em R$ milhões **dez-23**

	Valor das exposições (por faixa de FPR)					Valor agregado das exposições		RWA		Requerimento de capital	
	≤ 20%	20% < FPR < 50%	50% ≤ FPR < 100%	100% ≤ FPR <1250%	1250%	Padrão	1250%	Padrão	1250%	Padrão	1250%
Exposições totais	**-**	**36**	**-**	**-**	**-**	**36**	**-**	**9**	**-**	**1**	**-**
Securitização tradicional, da qual:	-	36	-	-	-	36	-	9	-	1	-
Securitização:	-	36	-	-	-	36	-	9	-	1	-
com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	36	-	-	-	36	-	9	-	1	-
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização sintética, da qual:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros fatores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

MRA: Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como o risco incorrido no resultado dos efeitos de mudanças em fatores de mercado (taxas de juros, taxas de câmbios, ações e *commodities*, dentre outros), os quais podem refletir em ganhos e perdas.

O risco de mercado pode afetar tanto a carteira de negociação (*trading book*) quanto a carteira bancária (não-negociação, *banking book*).

No caso da atividade da carteira de negociação, tanto a oferta de serviços financeiros em mercados para clientes (nos quais a entidade é a contraparte), como as atividades de compra e venda em produtos com taxas de juros, ações, moedas e *commodities* estão inclusos.

Já a carteira bancária (não-negociação), define-se como o risco incorrido devido a mudanças dos fatores de mercado que afetam posições, cujas variações de valor são reconhecidas em ganhos e perdas ou reservas e, por isso, impactam os índices de capital regulatórios.

O Banco Santander Brasil zela pelo controle efetivo dos riscos de mercado e assegura uma gestão de acordo com o nível de apetite definido. O trabalho em conjunto com as áreas de negócios garante que os riscos de mercado inerentes tenham sido devidamente identificados, avaliados e administrados corretamente.

O Banco possui uma política institucional, a qual procura definir os princípios a serem seguidos na admissão, controle, consolidação e *reporting* do risco de mercado. Além disso, aborda os aspectos funcionais, de governança, os principais processos associados e os instrumentos que permitam seu adequado desenvolvimento e implantação.

O controle e monitoramento do risco de mercado tem por objetivo cobrir todas as possíveis fontes geradoras de risco. Diante disso, leva em consideração a exposição e sensibilidade do risco, dado o ambiente econômico, o modelo de negócios ou pela combinação de ambos.

O estabelecimento de limites visa cumprir de forma eficiente os níveis de risco de mercado que o Banco está disposto a aceitar. Tais limites são definidos de acordo com o Apetite ao Risco, este estabelecido pelo Conselho de Administração, baseando-se na capacidade dos gestores, na infraestrutura disponível para a gestão, no ambiente de controle, no conhecimento dos produtos, na informação oportuna e na robustez dos modelos.

Anualmente, a proposta de limites e alertas para as métricas de Apetite ao Risco, são revisadas. O detalhamento dos processos anuais de fixação e aprovação dos limites constam em um procedimento corporativo interno de "Aprovação e Controle da Declaração de Apetite ao Risco (RAS)", que pertence à árvore de documentos da função de apetite ao risco.

Para medir e avaliar o risco de mercado, são analisadas as seguintes métricas:

- Posições: como taxas de câmbio, ações, renda fixa, taxas de juros, commodities;

- Sensibilidades: Taxas de juros de renda fixa e opções (delta, gama, vega, theta e rho);
- VaR e VaR Estressado;
- Ajustes à valoração (XVA, FVA e AVA); e
- Simulações e testes de estresse.

Os resultados obtidos através dessas métricas são apresentados em diferentes fóruns locais e de governança corporativa, com intuito de monitorar a evolução dos riscos de mercado.

A gestão do risco de mercado é administrada a nível corporativo, através do Comitê de Risco do Conselho, Comitê de Controle de Risco, Comitê Executivo de Risco, Fórum de Controle de Risco de Mercado e Fórum de Proposta de Riscos, sem prejuízo do cumprimento dos regulamentos societários gerais aplicáveis.

MR1: Abordagem padronizada – fatores de riscos associados ao risco de mercado[1]

Em R$ milhões	dez-23	set-23
Taxas de juros	27.237	27.222
Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWAJUR1)	11.203	12.247
Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2)	4.757	5.075
Taxas dos cupons de índices de preço (RWAJUR3)	11.230	9.851
Taxas dos cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	47	50
Preços de ações (RWAACS)	587	498
Taxas de câmbio (RWACAM)	1.386	664
Preços de mercadorias (commodities) (RWACOM)	330	575
Total	**29.540**	**28.959**

[1] Não contempla a parcela de RWACVA, que no 4T23 foi de R$ 9,4 bi.

Seguindo a resolução 111 do Banco Central do Brasil, no trimestre em questão não houve reclassificação entre as carteiras de negociação e não negociação.

MRB: Informações Qualitativas sobre o Risco de Mercado na Abordagem de Modelos Internos

Os modelos de VaR e VaR estressado cobrem as atividades financeiras da carteira de negociação do Banco nos riscos de mercado de ações, juros, câmbio, spread de crédito e commodities, tanto para produtos lineares quanto para produtos não-lineares.

Abaixo, segue lista com as instituições integrantes do conglomerado prudencial do Banco Santander Brasil que utilizam modelo interno de riscos de mercado da carteira de negociação:

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.;
- Santander FI UNIX Multimercado Crédito Privado;
- Santander FI Diamantina Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Santander FI Hedge Strategy Fund;
- Santander FI Amazonas Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior; e
- Santander FI Guarujá Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior.

É importante ressaltar que o Banco Santander Brasil é composto pelas *branches* Cayman e Luxemburgo.

Para o cálculo do modelo do VaR, é utilizado simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia. A metodologia baseia-se na simulação histórica e é calculada por reavaliação completa. Para refletir a volatilidade recente do mercado no modelo, o valor de VaR é o máximo entre o percentual de 1,0% e o percentual ponderado de 1,0% da distribuição simulada do vetor de P&L, no qual o primeiro aplica o mesmo peso para todas as observações e o segundo aplica um fator de redução exponencial, dando um maior peso para as observações mais recentes. Esta metodologia faz com que o VaR reaja rapidamente a volatilidades de mercado reduzindo a probabilidade de exceções de backtesting.

Para o cálculo do modelo do SVaR, a metodologia de cálculo é a mesma aplicada para o VaR, com 2 diferenças: (i) período histórico de observação dos fatores de risco: o VaR Stress usa uma janela de 260 dias, ao invés de 521 dias como no VaR; (ii) para se obter o VaR Stress, diferentemente de quando o VaR é calculado a partir do máximo entre o percentual uniformemente distribuído e o com decaimento exponencial, o decaimento não é utilizado, sendo aplicado diretamente o percentual uniformemente distribuído.

Todos os outros aspectos com relação à metodologia e os inputs necessários para o cálculo do VaR Stress são os mesmos utilizados para o VaR. Com relação à definição do período de observação, a equipe de Riscos de Mercado analisa o histórico de uma série de fatores de risco de mercado, que são escolhidos baseados em um critério técnico e levando em conta as posições mais relevantes da carteira.

São realizados testes de aderência utilizando janelas de 251 dias e 521 dias, aplicando testes de proporção e independência com o objetivo de garantir a qualidade do modelo do VaR.

MR2: Informações sobre as variações do RWAMINT

Em R$ milhões				dez-23
	VaR	**VaR Estressado**	**Outros**	**RWA_{MINT} total**
RWAMINT em 30/09/2023	4.042	9.754	-	13.796
Mudanças nos níveis de risco	(157)	(953)	-	(1.110)
Atualizações e mudanças no modelo interno	-	-	-	-
Metodologia e regulação	-	-	-	-
Aquisições e vendas	-	-	-	-
Mudanças nas taxas de câmbio	10	23	-	33
Outros	-	-	-	-
RWAMINT em 31/12/2023	**3.895**	**8.824**	**-**	**12.719**

Seguindo a resolução 111 do Banco Central do Brasil, no trimestre em questão não houve reclassificação entre as carteiras de negociação e não negociação.

MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado

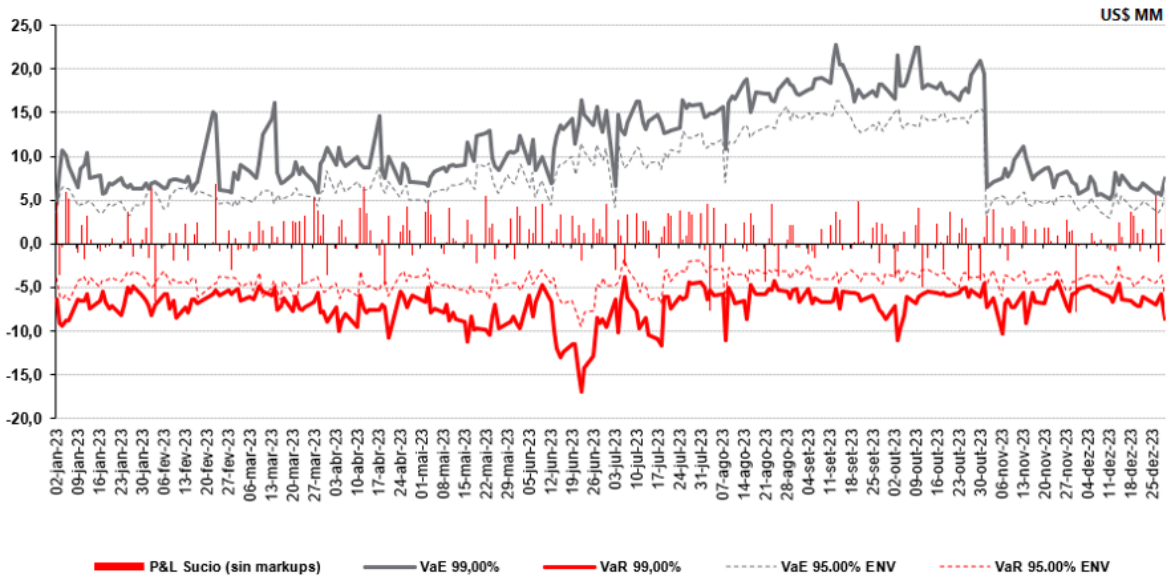
Em R$ milhões	dez-23	set-23
VaR (10 dias, 99%)		
Máximo	178	177
Médio	99	101
Mínimo	66	59
Final do Trimestre	97	113
VaR estressado (10 dias, 99%)		
Máximo	310	396
Médio	221	244
Mínimo	148	135
Final do Trimestre	299	170

MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético

Abaixo, segue quadro de aderência em relação aos resultados efetivos do período:

dez-23

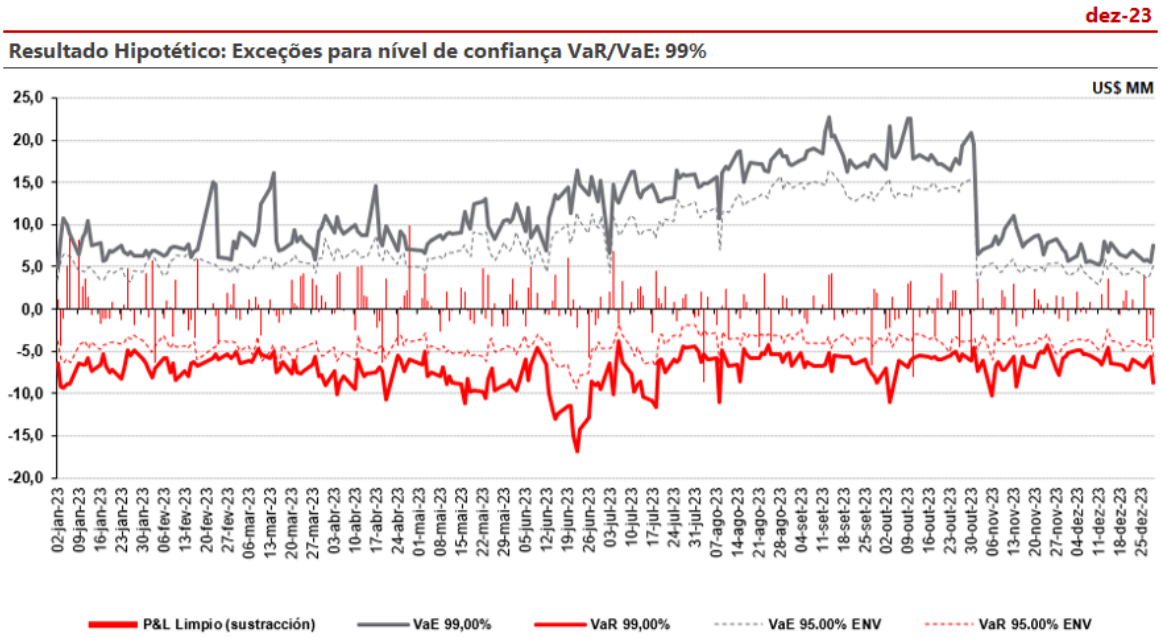
Resultado efetivo: Resultados diários vs. Valor em risco dia anterior



Exceções para nível de confiança VaR/VaE: 99% dez-23

Data	P&L	VaR-VaE	Causa da exceção
03/08/2023	(7,6)	(5,4)	Excesso devido à decisão da reunião do Copom.
30/11/2023	(7,8)	(5,6)	Excesso devido à ajustes de valoração.

Abaixo, segue quadro de aderência em relação aos resultados hipotéticos do período:



Exceções para nível de confiança VaR/VaE: 99% **dez-23**

Data	P&L	VaR-VaE	Causa da exceção
06/01/2023	9,5	8,9	Excesso de VaE ocasionado pela variação cambial USD/BRL em aproximadamente 2.27%
28/04/2023	9,9	7,1	Excesso de VaE ocasionado pela variação do Ibovespa em 1.47% e bolsas americanas em 0.5% em média no dia
03/08/2023	(8,7)	(5,4)	Excesso devido à decisão de politica monetária influenciando a curva de juros
11/10/2023	(8,0)	(5,8)	Excesso de VaR ocasionado pela variação dos juros futuros e expectativas de inflação

OPD: Operações com derivativos

Em R$ milhões	dez-23		set-23	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Brasil				
Contraparte Central				
Ações e Índices[1]	149	(214)	97	(31)
Câmbio[2]	40.014	(454)	42.481	(263)
Taxa de juros[3]	34	(17)	27	(23)
Commodities[4]	54	(24)	8	(31)
Sem Contraparte Central	-	-		
Ações e Índices[1]	2.356	(3.045)	1.579	(2.450)
Câmbio[2]	152.921	(188.426)	112.075	(154.846)
Taxa de juros[3]	29.983	(29.989)	30.371	(30.376)
Commodities[4]	11.684	(11.712)	6.368	(6.340)
Exterior	-	-		
Contraparte Central	-	-		
Ações e Índices[1]	955	(146)	716	(265)
Câmbio[2]	16	(1)	5	-
Taxa de juros[3]	-	-	-	(1)
Commodities[4]	280	(4.422)	24	(5.626)
Sem Contraparte Central	-	-		
Ações e Índices[1]	2.745	(3.730)	2.747	(3.495)
Câmbio[2]	110.609	(119.368)	107.558	(120.061)
Taxa de juros[3]	2	(2)	6	(4)
Commodities[4]	5.205	(1.016)	12.649	(7.025)

Constam somente as posições classificadas como "Negociação".

[1] Os números representam a sensibilidade ante um choque de +1% nos preços de ações

[2] Os números representam a sensibilidade ante um choque de +1% nos preços de moedas;

[3] Os números representam a sensibilidade ante um choque de +10bps nas taxas de juros;

[4] Os números representam a sensibilidade ante um choque de +1% nos preços das commodities.

Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)

IRRBBA: Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do IRRBB

O Banco analisa a sensibilidade da margem líquida de juros (margem financeira) e do valor patrimonial às variações das taxas de juros. Essa sensibilidade é originada da defasagem entre as datas de vencimento e de revisão das taxas de juros dos diferentes elementos do balanço patrimonial.

Tomando como base a posição das taxas de juros do balanço e considerando a situação e as perspectivas do mercado, são tomadas medidas financeiras para alinhar essa posição à pretendida pelo Banco. Essas medidas podem variar desde tomar posições nos mercados até definir as características das taxas de juros dos produtos comerciais.

As medidas usadas pelo Banco para controlar o risco, ou a exposição às taxas de juros nessas atividades são o *gap* das taxas de juros (*repricing gap*), a sensibilidade da margem financeira (ΔNIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (ΔMVE) às variações nos níveis das taxas de juros.

Gap das Taxas de Juros de Ativos e Passivos

A análise de *gaps* das taxas de juros foca os descasamentos entre os prazos de reavaliação dos elementos no balanço (ativos e passivos) e dos elementos fora do balanço. Essa análise facilita a representação básica da estrutura do balanço e permite detectar concentrações de riscos de juros nos diferentes prazos. Além disso, é uma ferramenta útil para estimar o possível impacto de variações eventuais nas taxas de juros sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da Instituição.

Todos os elementos, no balanço e fora do balanço devem ser classificados por fluxos e reorganizados pelo ponto de reavaliação dos preços e pelos vencimentos. Quando não houver um vencimento por contrato, será utilizado um modelo interno de análise e estimativa da sua duração e sensibilidade, como por exemplo o modelo de estimação do fluxo de saídas de Depósitos sem Vencimento e seus respectivos compulsórios, Poupança, Depósitos a Vista e Depósitos a Prazo (que, apesar de possuírem vencimento contratual, na sua maior parte possuem liquidez diária).

A metodologia para estimação do fluxo de caixa desses Passivos consiste basicamente em análise histórica do comportamento de cada um dos produtos: a partir dos dados históricos verifica-se variáveis como média e volatilidade e então determinam-se as saídas de caixa entre um dia e vinte anos, sendo os parâmetros estatísticos ajustados para que as saídas de um dia reflitam possíveis instabilidades de mercado, por questão de conservadorismo. A partir dessa estimativa de fluxo de caixa, calculamos a sensibilidade às variações nas taxas de juros, considerando os respectivos indexadores e opcionalidades nos cálculos.

Vale Salientar que além de estimar o fluxo de caixa dos Passivos sem Vencimento, aos Créditos também são aplicados estudos metodológicos que visam estimar de forma mais correta o fluxo de caixa previsto.

São eles os estudos de Pré pagamento e Inadimplência:

- **Pré-Pagamento:** O evento de pré-pagamento origina-se do ato de liquidar uma operação de crédito antes do seu vencimento contratual (cabe ressaltar que estamos nos referindo à liquidação da operação como um todo e não ao adiantamento de uma ou mais parcelas). Os objetivos de se modelar esta liquidação antecipada são para projetarmos um fluxo de caixa mais condizente com a realidade dos produtos e também para mensurarmos o risco de margem gerado no reinvestimento desses montantes pré-pagos. O pré-pagamento antecipa os fluxos de

recebimentos da carteira de crédito reduzindo sua duração e, consequentemente, gerando impactos em nossas mensurações de risco. Para apurar o índice de Pré-Pagamento, basicamente avalia-se o percentual de todas as liquidações realizadas que não estavam previstas para o mês em questão. A partir do histórico dessas observações temos o índice de Pré-Pagamento por produto;

- **Inadimplência:** A inadimplência é característica intrínseca dos produtos de empréstimos em um banco de varejo e, portanto, deve-se levá-la em conta sempre que uma nova concessão de crédito é aprovada. Por conseguinte, estimar o volume de dinheiro que não será devolvido também deve ser fato corriqueiro nesta atividade. A metodologia em si é um algoritmo preditivo baseada nos históricos de default e recuperação, para determinar a parcela devida ao Banco e que deixará de ser recebida devido a maus pagadores. Assim, espera-se que o comportamento dos devedores apresente certa lógica e periodicidade.

Sensibilidade da Margem Financeira (NIM)

A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um horizonte específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros.

O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curva das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Sensibilidade do Valor Patrimonial (MVE)

A sensibilidade do valor patrimonial é uma medida complementar à sensibilidade da margem financeira. Ela mede o risco dos juros implícito no valor patrimonial, com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Risco estrutural de câmbio e ações e cobertura de resultados

Essas atividades são monitoradas medindo posições e resultados.

Medidas complementares

Medidas de Teste e Calibragem

O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre as estimativas do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (resultado das carteiras no fechamento do dia anterior, avaliadas aos preços do dia seguinte). O objetivo desses testes é verificar e proporcionar uma medida da precisão dos modelos utilizados no cálculo do VaR.

As análises de *backtesting* realizadas pelo Banco Santander Brasil cumprem, no mínimo, com as recomendações do BIS no que diz respeito à verificação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Além disso, a eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos e efetivos, com o VaR diário estimado, de acordo com a Circular BACEN Nº 3.646. O Banco também realiza testes de hipóteses, testes de excessos, testes de normalidade, correlação de *Spearman*, medidas de excesso médio, etc.

Os modelos de avaliação são calibrados e testados regularmente por uma unidade especializada.

Por fim, o teste de aderência não apresentou falhas em relação aos resultados efetivos e hipotéticos no período.

Metodologia

Aplicam-se as metodologias abaixo como forma de ajustar os fluxos de caixa do balanço e assim considerar seus impactos na exposição de riscos estruturais:

- **Pagamento antecipado dos créditos:** O evento de pré-pagamento é definido como sendo o pagamento total de um empréstimo antes de sua data de vencimento. Este evento gera um risco de perda financeira para o banco em função de eventual descasamento entre ativos e passivos gerados pelo pré-pagamento. São realizados estudos periódicos, de acordo com metodologias específicas, para apurar (i) quais os produtos que devem ser objeto de estudo e (ii) o índice de pagamento antecipado que deve ser aplicado a cada um deles.
- **Contas sem vencimento contratual:** Para estimar a sensibilidade dos saldos das contas sem vencimento contratual, são modelados os componentes estáveis e instáveis dos saldos dos depósitos assumindo-se determinadas premissas.

Sistema de controle - Definição de limites

O processo de definição de limites é executado juntamente com a atividade de elaboração de orçamentos e é uma ferramenta utilizada para estabelecer os ativos e passivos disponíveis para cada atividade de negócios. A definição de limites é um processo dinâmico que responde ao nível de risco considerado aceitável pelo Banco incluindo a Comissão Executiva.

A estrutura de limites consiste em desenvolver um processo que considera, entre outros, os seguintes aspectos:

- Identificar e delimitar, de forma eficiente e abrangente, os principais tipos de riscos financeiros gerados, para que sejam consistentes com a gestão do negócio e com a estratégia definida;
- Quantificar e comunicar às áreas de negócio quais os níveis e perfis de risco considerados aceitáveis pelo Banco, a fim de evitar riscos não desejados;
- Dar flexibilidade às áreas de negócio para assumir riscos financeiros de forma eficiente e oportuna, em virtude das mudanças do mercado e das estratégias de negócio, e sempre dentro dos níveis de risco considerados aceitáveis pela Instituição;
- Permitir aos geradores de negócio assumir riscos em volume prudente e suficiente para alcançar os resultados orçados;
- Delimitar a faixa de produtos e *underlyings* em que cada unidade de Tesouraria pode operar, considerando características como modelos e sistemas de avaliação, liquidez dos instrumentos envolvidos, etc.

IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB

Em R$ milhões	dez-23	dez-22	dez-23	dez-22
Cenários	**Δ EVE**		**Δ NII**	
Cenário paralelo de alta	8.926	8.680	2.905	3.565
Cenário paralelo de baixa	(7.050)	(7.376)	(2.905)	(3.565)
Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo	8.042	7.903		
Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo	(9.355)	(8.465)		
Cenário steepener	(4.151)	(3.810)		
Cenário flattener	6.443	5.952		
Variação máxima	**8.926**	**8.680**	**2.905**	**3.565**
	dez-23		**dez-22**	
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)	**81.259**		**75.944**	

Remuneração de Administradores

O Banco Santander Brasil, em conformidade com as regulações vigentes, dispõe de uma política de remuneração que tem por objetivo estabelecer os critérios de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e demais funcionários, visando a compatibilidade com a gestão de risco, de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição do risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo.

As normas e regras que compõem essa política de remuneração estão alinhadas às regulamentações aplicáveis:

- Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.921, de 25/11/2010;
- Resolução Banco Central do Brasil nº 4.879 de 23/12/2020;
- Resolução Banco Central do Brasil nº 4.595 de 28/08/2017;

Regulamentação Europeia *Capital Requirements Directive – V*, que entrou em vigor com o Regulamento Delegado (UE) 2021/923, de 25/03/2021, complementando a regulamentação *Capital Requirements Directive – IV*, de janeiro de 2014.

REMA: Política de Remuneração

Comitê de Remuneração

De acordo com a Resolução do CMN no 3.921/2010 de 25 de novembro de 2010, nossos acionistas estabeleceram, em 7 de fevereiro de 2012, o comitê de remuneração em nosso estatuto social, que também atua como comitê de remuneração e nomeação para todas as nossas afiliadas e subsidiárias.

Os membros do comitê de remuneração podem ser eleitos pelo conselho de administração, desde que eles cumpram determinadas exigências de independência. Todos os membros de nosso comitê de remuneração cumprem essas exigências de independência.

Nosso estatuto social exige que nosso comitê de remuneração seja composto de três a cinco membros, nomeados pelo conselho de administração entre pessoas que cumprem todas as exigências legais e regulamentares para o exercício de seu cargo, e no mínimo um dos membros não poderá ser um diretor executivo e os outros membros poderão ou não ser membros do nosso conselho de administração, no mínimo dois membros deverão ser independentes.

O comitê de remuneração deverá ter em sua composição membros qualificados com a experiência exigida para o exercício de julgamento independente sobre a nossa política interna de remuneração, incluindo a repercussão dessa política na administração de risco. Essas pessoas deverão atuar por um prazo de 2 anos e poderão ser reeleitas por até 4 vezes consecutivas, de acordo com a legislação aplicável.

O Regimento Interno do Comitê de Remuneração foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de fevereiro de 2017. O referido documento poderá ser consultado pelos acionistas por meio do site: <www.santander.com.br/ri>, na seção "Governança Corporativa - Administração – Comitê de Remuneração".

Estrutura de Remuneração

As principais atribuições do Comitê de Remuneração são:

- Avaliar e propor ao Conselho de Administração políticas de remuneração de administradores da Instituição, contemplando as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento, tendo em conta o alinhamento dos interesses dos membros da administração e dos acionistas, as regras aplicáveis à Companhia, a atratividade e retenção de talentos e a sustentabilidade dos resultados da Companhia;
- Supervisionar a implementação e operacionalização da Política de Remuneração, bem como com o disposto na legislação aplicável;
- Revisar anualmente a Política de Remuneração, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento, quando necessário;
- Propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei N° 6.404, de 1976;
- Zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da Instituição e com o disposto na Resolução Nº 3.921/10;
- Elaborar anualmente o Relatório do Comitê de Remuneração com observância das prescrições legais e regulamentares aplicáveis, relativamente à data-base de 31 de dezembro de cada ano.

Abaixo, seguem os critérios de remuneração fixa, benefícios e remuneração variável de todos os colaboradores do Banco Santander:

Membros do Conselho de Administração e Membros Independentes dos Comitês de Assessoramento

Todos os membros do Conselho de Administração e membros independentes dos Comitês de Assessoramento fazem jus a uma remuneração fixa composta por honorários mensais e, somente no caso dos Membros do Conselho de Administração, benefícios. Em casos excepcionais e plenamente justificados, o Presidente do Conselho de Administração pode receber também uma remuneração variável anual pelas suas funções desempenhadas, mediante deliberação do Comitê de Remuneração e do Conselho de Administração, e sempre dentro do limite global da remuneração anual aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

Administradores e Funcionários

Todos os funcionários e administradores fazem jus a remuneração fixa composta por pagamentos mensais, benefícios e previdência. No caso dos administradores, sempre dentro do limite global da remuneração anual aprovada em assembleia geral ordinária.

A estrutura de remuneração dos Administradores e Funcionários do Banco Santander Brasil, tem como princípios:

- Estar alinhada com os interesses dos acionistas, criação de valor a longo prazo e ser compatível com uma gestão de riscos adequada, rigorosa e com estratégia, valores e interesses a longo prazo, assim como manter uma base sólida de capital;
- A remuneração fixa deve representar uma proporção significativa da remuneração total;

- A remuneração variável tem como objetivo recompensar o desempenho baseado com a avaliação dos objetivos acordados de acordo com a função e responsabilidade dos funcionários e administradores, e com aderência aos comportamentos e condutas que reflitam a cultura do Grupo;
- A estrutura de remuneração aplicada deve ser competitiva, de maneira que facilite a atração e retenção dos funcionários e administradores;
- As práticas estabelecidas na política buscam reconhecer a performance individual e coletiva e não se diferenciam ou privilegiam por sua etnia, raça, sexo ou qualquer questão de cunho pessoal.

Definição da Remuneração Considerando Riscos Correntes e Futuros

Todos os planos de incentivo de longo prazo e diferimento estão sujeitos a aplicação de *Malus / Clawback*, ou seja, o Conselho de Administração da Companhia, por recomendação do Comitê de Remuneração e, após a avaliação do Comitê de *Malus / Clawback*, poderá aprovar reduzir até 100% do valor de cada participante nas hipóteses previamente aprovadas por Governança Interna, com objetivo especial de mitigar falhas na gestão de risco ou descumprimento de regras e códigos de conduta internos.

A partir de 2023, incluímos em nossa política de remuneração, cláusula para aplicação do Clawback, especificamente ao público de Administradores do Banco Santander (Executivos Sujeitos), nos casos de reformulação das demonstrações financeiras como resultado de falha material no cumprimento dos requisitos de relatórios financeiros sob as leis federais de valores mobiliários dos Estados Unidos, na condição de companhia com American Depositary Receipt listada na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), de acordo com os requisitos da Seção 10D do Exchange Act e da Seção 303A.14 do Manual de Listagem de Empresas com ações negociadas na NYSE (the Listing Rule).

Correlação entre Avaliação de Desempenho e Remuneração

O Banco Santander Brasil possui programas de Remuneração Variável específicos para áreas comerciais com força de vendas que mensuram resultados de curto e médio prazo. Cada programa possui regulamento desenhado de acordo com a estratégia do Negócio e respectivo segmento, aprovado pela governança estabelecida, com a participação das áreas de *Compliance*, Recursos Humanos, Finanças e Estratégia. O pagamento é feito de forma mensal, semestral ou anual.

Já as áreas de apoio possuem um programa de Remuneração Variável Anual, que englobam os membros da Diretoria Executiva, cujo objetivo é reconhecer, através da meritocracia, os melhores desempenhos na Organização. Esse programa, leva em consideração os seguintes critérios:

- O desempenho individual: medido através da ferramenta institucional de avaliação de desempenho e contempla indicadores quantitativos e qualitativos. O período de contratação de metas é realizado no início do ano, com a revisão semestral e atribuição de nota de desempenho ao final do ano;
- O desempenho da unidade de negócios: medido através de ferramenta institucional de avaliação e reflete os desafios da área no exercício. Tem seus indicadores e metas aprovadas pelo Comitê Executivo e acompanhado mensalmente pela Vice-Presidência de Finanças;
- O desempenho da Instituição como um todo.

As áreas de Controle Interno e de Gestão de Risco seguem a mesma política de remuneração que as outras áreas do Banco Santander Brasil, sendo que os indicadores de desempenho utilizados para determinar o resultado, são indicadores das próprias áreas, não tendo relação com o desempenho das áreas de negócios, de forma a não gerar conflitos de interesse. A avaliação do Diretor de Auditoria é feita pelo Conselho de Administração.

As metas da equipe de Auditoria e da equipe *Compliance* são determinadas exclusivamente pela performance das áreas e dos indivíduos que as compõem, em relação às metas estabelecidas para cada um e para o time. Nenhuma dessas metas estará relacionada à performance das áreas de negócios ou da Companhia como um todo, assegurando que não haverá conflito de interesses. O Diretor de Auditoria Interna, assim como o Diretor de *Compliance,* têm suas metas revisadas e aprovadas pelo Comitê de Remuneração.

Para garantir o correto controle e assim promover as condutas e comportamentos de um Banco responsável, as equipes comerciais elegíveis aos programas específicos e todos os funcionários e administradores das áreas de controle como Riscos, Auditoria, *Compliance*, Controladoria e Controle de Gestão possuem um teto de remuneração variável anual, correspondente a 100% da remuneração fixa anual recebida (incluindo benefícios e previdência).

REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência

Em R$ milhões	dez-23	
	Diretoria	Conselho de administração
Remuneração fixa		
Número de pessoas	84	7
Total da remuneração fixa	**179**	**12**
Da qual: em espécie	109	12
Da qual: ações e instrumentos baseados em ações	-	-
Da qual: outras formas de remuneração	70	-
Remuneração variável		
Número de pessoas	80	-
Total da remuneração variável	**229**	**-**
Da qual: em espécie	113	-
da qual: diferida	44	-
Da qual: ações e instrumentos baseados em ações	114	-
da qual: diferida	52	-
Da qual: outras formas de remuneração	1	-
da qual: diferida	1	-
Remuneração total	**408**	**12**

REM2: Pagamentos Extraordinários

Devido ao pequeno número de casos, a divulgação requerida pode revelar os valores pagos a determinado executivo, ferindo a confidencialidade de informações pessoais. Dessa forma, a tabela REM2 não será publicada mantendo preservadas as cláusulas de confidencialidade funcionário – instituição financeira, conforme previsto na Resolução BCB Nº 54, de 16 de dezembro de 2020, em seu art. 3º, § 4º.

REM3: Remuneração diferida

Em R$ milhões					dez-23
	Total da remuneração diferida pendente de pagamento	Da qual: Valor total diferido sujeito a ajustes implícitos e explícitos	Variação da remuneração diferida resultante de ajuste explícito	Variação da remuneração diferida resultante de ajuste implícito	Total da remuneração diferida paga no ano de referência
Diretoria					
Em espécie	71	71	-	8	27
Ações	-	-	-	-	-
Instrumentos baseados em ações	76	76	-	1	19
Outros	1	-	-	-	-
Conselho de administração					
Em espécie	19	19	-	2	7
Ações	-	-	-	-	-
Instrumentos baseados em ações	20	20	-	-	6
Outros	-	-	-	-	-
Total	**187**	**185**	**-**	**11**	**60**

Outros riscos

Risco de Concentração

As exposições podem surgir dentro ou entre diferentes categorias de risco em toda a Instituição com potencial de gerar: (i) perdas grandes o suficiente para ameaçar a saúde da Instituição ou afetar a capacidade de manter as principais operações; ou (ii) alterar o perfil de risco da Instituição.

O risco de concentração é um fator essencial na gestão do risco de crédito e por isso é monitorado continuamente. Aspectos como setor econômico, concentração de risco em determinados grupos de clientes e produtos, são avaliados mensalmente como parte do exercício de Apetite ao Risco.

Este risco é originado da diversificação imperfeita dos portfólios de crédito, podendo derivar da "concentração individual" (diversificação incompleta do risco idiossincrático do tomador) e da "concentração de setor" (existência de fatores de riscos sistemáticos múltiplos, geralmente relacionados aos setores da economia e outras fontes como origem, localização geográfica ou fatores macroeconômicos).

A área de Riscos do Banco atua juntamente com as áreas de negócio na gestão das carteiras de crédito, incluindo a utilização de diversas técnicas para redução da concentração das exposições, dentre elas a manutenção de derivativos para fins de proteção (hedge) ou a execução de transações de securitização, a fim de otimizar a taxa de risco/retorno da carteira como um todo. As políticas adotadas que determinam os limites de exposição requeridos para a gestão adequada da concentração do risco de crédito da carteira são definidas no Comitê Executivo de Riscos.

Riscos Social, Ambiental e Climático

Para construir um negócio seguro e responsável, o Banco Santander Brasil realiza a gestão permanente dos riscos que envolvem nossa atividade e que possam trazer impactos à Organização, acionistas, clientes, sociedade e meio ambiente.

Neste sentido, o Banco Santander Brasil realiza a gestão dos riscos social, ambiental e climático (RSAC), que são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais, degradação do meio ambiente, eventos extremos ambientais ou de longo prazo relacionados a mudanças climáticas, e aqueles advindos da transição para uma economia de baixo carbono.

O Santander Brasil reconhece a existência dos riscos social, ambiental e climático como componentes dos demais riscos gerenciados pela Organização. Desta forma, o Banco identifica, monitora e gerencia impactos advindos dos riscos: de crédito, operacional, de mercado, de liquidez, estrutural, *compliance* e reputacional. Para coordenação e visão integrada das interrelações entre riscos, o Santander Brasil possui equipe dedicada com o objetivo de assegurar que todos os riscos tenham o tratamento adequado, garantindo o monitoramento regular, avaliação e reporte em governança estabelecida.

O Banco atua na avaliação do risco socioambiental desde 2002. Inicialmente teve como principal enfoque o processo de concessão de crédito, sendo o pioneiro na avaliação da conformidade da atuação de seus clientes, visando garantir que a conduta adotada estivesse de acordo com os padrões e diretrizes previstos pelo Banco. Em 2009 passou a ser signatário dos Princípios do Equador, conjunto de diretrizes para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos (*project*

finance). A partir de 2020, a avaliação da exposição de clientes ao estresse hídrico, e sua dependência desse recurso passou a incorporar a análise conduzida pelo Banco. As avaliações realizadas podem resultar em estabelecimento de condicionantes, restrições ou ainda vedações para as empresas operarem com o Banco. Em 2022, o Banco implantou aspectos adicionais sobre risco climático na classificação RSAC dos clientes, além de gerar um rating específico para cada tipo de risco (ou seja, um rating para o risco ambiental, outro para o risco social e outro para o risco climático). As avaliações realizadas podem resultar em estabelecimento de condicionantes, restrições ou ainda vedações para as empresas operarem com o Banco.

Alinhado à gestão de riscos, o Banco dispõe da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) que estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas sociais, ambientais e climáticas nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas além de políticas específicas que tratam do risco social, ambiental e climático. Sendo assim, o Santander possui estruturas dedicadas para aliar a sua responsabilidade social, ambiental e climática aos seus negócios, além de gerenciar os riscos incorridos, conforme abaixo:

- Sustentabilidade, que atua em prol de uma agenda positiva e na identificação prospectiva de mudanças climáticas, sociais, ambientais, ações afirmativas e conformidades com iniciativas de entidades independentes;
- Risco Socioambiental, que operacionaliza as análises e os controles (RSAC), além de participar no processo decisório de concessão de crédito no âmbito de seu escopo e perímetro definido em política interna;
- Gestão Integrada de Riscos, que é responsável pelo apetite ao risco do Banco, atua no monitoramento dos riscos quanto a transversalidade e seus impactos, promovendo a governança de reporte não apenas em esferas executivas, mas também junto ao Conselho de Administração;
- ESG Risk: Área que possui a visão transversal do tema ESG em Riscos nas unidades da América do Sul, suprindo a corporação de informações, coordenando projetos estratégicos relacionados a ESG sob a ótica de riscos. Adicionalmente, realiza a divulgação de melhores práticas entre os países.
- Negócios Sustentáveis: tem como função a estruturação e originação de negócios que apoiem a jornada de transição dos clientes para uma economia mais sustentável e de baixo carbono, com atuação transversal em todos os segmentos e negócios do Banco.
- Controle de Gestão – Finanças Sustentáveis: responsável pela construção de reportes financeiros referente às operações de Finanças Sustentáveis, em conformidade com o Sistema de Classificação de Finanças Sustentáveis (SFCS, da sigla em inglês), além de acompanhar KPI´s financeiros e não financeiros relacionados à agenda social, ambiental e climática.

A estrutura de gestão mencionada está alinhada ao atendimento das resoluções CMN N° 4.943 e N° 4.945 que passaram a vigorar em julho/2022, determinando que as organizações tenham uma visão mais apurada no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).

Risco Operacional

A área de Riscos Operacionais e Controles Internos, subordinada à Vice-Presidência Executiva de Riscos, atua na forma independente e conta com diretrizes, políticas e processos para assegurar a condução e adequação do Modelo de Controle e Gestão do Risco Operacional.

A área adota a definição do Comitê de Basileia e do Banco Central do Brasil para o Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da inadequação ou falha nos processos, pessoas, sistemas ou por eventos externos.

Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização.

O Risco Operacional é inerente aos produtos, atividades, processos e sistemas, e os princípios e diretrizes deste documento são aplicáveis a todos eles, sem prejuízo do desenvolvimento de regulamentações específicas para determinadas atividades, que definição o escopo exato em cada caso.

As categorias nas quais se classificam os eventos de Risco Operacional e sua definição básica, de acordo com as disposições das regras de Basileia, são:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Práticas de emprego, saúde e segurança no trabalho;
- Práticas com clientes, com produtos e de negócio;
- Danos em ativos físicos;
- Interrupção do negócio e falhas nos sistemas;
- Falhas na execução, entrega e gestão dos processos.

A Instituição conta com processo institucional para a captura, construção e consolidação dos dados de riscos operacionais em base interna, associada aos instrumentos de riscos operacionais, com o intuito de prover mecanismos de monitoramento das tendências para auxiliar na tomada de decisão e/ou mitigação com reporte à Alta Administração do Banco.

Glossário

A

- **ALCO** - *Asset and Liability Committee* (Comitê de Ativos e Passivos)

B

- **BACEN** - Banco Central do Brasil
- **BCB** – Banco Central do Brasil
- **BIS** – *Bank for International Settlements*

C

- **CA** - Conselho de Administração
- **CCP** - Contrapartes Centrais não Qualificadas
- **CCR** - Comitê de Controle de Riscos
- **CDS** - *Credit Default Swaps*
- **CE** - Comitê Executivo
- **CEO** – *Chief Executive Officer* (Diretor Executivo)
- **CFO** – *Chief Financial Officer* (Diretor Financeiro)
- **CRC** - Comitê de Riscos e Compliance
- **CRO** – *Chief Risk Officer* (Diretor de Risco)
- **CVM** - Comissão de Valores Mobiliários

E

- **ECB** - *European Central Bank* (Banco Central Europeu)
- **ESG** – *EnvironmentaL Social Governance* (Governança Socioambiental)

H

- **HQLA** - *High Quality Liquidity Assets* (Ativos de Alta Liquidez)

I

- **IAISG** - Avaliação da Importância Sistêmica Global
- **ICAAP** - *Internal Capital Adequacy Assessment Process* (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital)
- **IMR** - Informe Mensal de Riscos
- **IRRBB** - *Interest Rate Risk in the Banking Book* (Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária)

L

- **LCR** – *Liquidity Coverage Ratio* (Indicador de Liquidez de Curto Prazo)

M

- **MRT** - *Material Risk Takers* (Tomadores de Risco de Material)
- **MVE** – *Market Value of Equity* (Sensibilidade do Valor Patrimonial)

N

- **NIM** – *Net Interest Margin* (Sensibilidade da Margem Financeira)
- **NSFR** - *Net Stable Funding Ratio* (Indicador de Liquidez de Longo Prazo)

P

- **PPNR** - *Pre-Provision Net Revenues*
- **PR** - Patrimônio de Referência
- **PRSAC** - Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

R

- **RA** - Razão de Alavancagem
- **RAS** - *Risk Appetite Statement* (Declaração de Apetite ao Risco)
- **REC** - Risco Equivalente de Crédito
- **RPA** - *Risk Profile Assessment* (Avaliação do Perfil de Riscos)
- **RSAC** - Risco Social, Ambiental e Climático
- **RWA** - *Risk-weighted assets* (Ativos Ponderados pelo Risco)

S

- **SANB11** – Banco Santander Brasil Unit
- **SPE** - Sociedades de Propósito Específico

V

- **VaR** – *Value at Risk* (Valor em Risco)
- **VPE** – Vice-presidência